

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

BRUNA CONSTANT EVALDT

**OS EFEITOS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA PARA OS RIZICULTORES DE
TORRES (RS)**

**CRICIÚMA
2015**

BRUNA CONSTANT EVALDT

**OS EFEITOS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA PARA OS RIZICULTORES DE
TORRES (RS)**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2015

BRUNA CONSTANT EVALDT

**OS EFEITOS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA PARA OS RIZICULTORES DE
TORRES (RS)**

Monografia apresentada para a obtenção do
Grau de Bacharel em Administração de
Empresa da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Criciúma, 8 de Junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor - (UNESC) – Orientador

Prof. Rafael Rodrigo Mueller - (IUNESC)

Prof. Ricardo Pieri - (UNESC)

DEDICATÓRIA

Ao meu querido noivo, que está presente em todas as escolhas de minha vida, não hesitando em fazer o possível e o impossível para que nossos sonhos se tornem realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelas graças concedidas ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional. Por ter me dado forças nas horas difíceis para poder me empenhar nos meus objetivos.

Aos meus pais, Domingos e Tereza, que desde minha infância proporcionaram o melhor ambiente possível para que eu pudesse seguir nos estudos. Agradeço sua paciência, carinho, amor e atenção para comigo mesmo nos momentos difíceis, em todos esses anos de faculdade.

Ao meu noivo Juliano que sem o qual não teria forças para enfrentar esta jornada acadêmica, obrigado por ser além de um companheiro, um amigo que me apóia e ajuda a enfrentar todos os obstáculos.

Minha gratidão ao orientador Dimas de Oliveira, professor que admiro desde o dia em que conheci por dedicação, inteligência e paciência. Pessoa que ajudou para que este estudo virasse realidade, contribuindo com suas sábias idéias e ao qual sem ele não teria chegado ao final.

Agradeço à coordenação do curso de Administração de Empresas, por oferecer aos alunos as melhores condições de estudo possíveis e uma base ótima de professores que com certeza levarei seus ensinamentos para toda a vida.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os agricultores que me ajudaram a realizar a concretização do meu trabalho. Enfim, a todos que me cercam e que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

RESUMO

EVALDT, Bruna Constant. **Os efeitos da nota fiscal eletrônica para os rizicultores de Torres (RS)** 2015. 53 páginas. Monografia do Curso de Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) é um dos maiores produtores de arroz do País, em que predomina a agricultura familiar tendo importante papel econômico para o Estado. A opção do governo estadual por fazer a mudança do bloco de nota do produtor para a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) tem por objetivo melhorar o controle na arrecadação de tributos. A NF-e faz parte da maioria das atividades econômicas, na agricultura a mesma é uma novidade, principalmente no Rio Grande do Sul. Na atividade de rizicultura é uma forma de controlar a produção e os pagamentos de tributos. Neste sentido o objetivo da presente monografia consiste em analisar os efeitos da NF-e para os rizicultores de Torres - RS. A metodologia utilizada se caracterizou como uma pesquisa descritiva quanto aos fins de investigação e pesquisa foi bibliográfica e de campo, quanto aos meios de investigação, o estudo caracterizou-se por coleta de dados primários e técnica de coleta de dados qualitativa. A análise das informações obtidas foi essencialmente qualitativa. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com perguntas fechadas e abertas. A população alvo foi delimitada por rizicultores de Torres-RS que utilizam a NF-e, sendo que os questionários foram aplicados durante o mês de abril de 2015. A escolha dos entrevistados foi aleatória e por acessibilidade, em que foram entrevistados 21 rizicultores, o presidente de uma Cooperativa e um proprietário de uma empresa de prestação de serviços do setor. Os resultados da pesquisa apontam que 66% dos agricultores não sabem utilizar a NF-e, sendo auxiliados pela Cooperativa e a empresa de prestação de serviços, que efetuam a NF-e sem nenhum custo para os rizicultores. Já os outros 44% dos entrevistados efetuam a NF-e em casa, com a ajuda de algum familiar.

Palavras-chave: Nota Fiscal Eletrônica. Agricultura familiar. Rizicultores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comparativo de áreas plantadas de arroz.	24
Figura 2 – Modelo de NF-e na Agricultura Familiar.....	27
Figura 3 – Projeto SPED.	29
Figura 4 – Percentual referente à idade dos entrevistados.	40
Figura 5 – Percentual referente ao Estado Civil dos pesquisados.	40
Figura 6 – Percentual referente ao Grau de instrução dos entrevistados.	41
Figura 7 – Percentual referente à Tamanho da Família.	41
Figura 8 – Percentual referente ao tamanho da propriedade.....	42
Figura 9 – Percentual da área cultivada.....	43
Figura 10 – Percentual de área Arrendada.	43
Figura 11 – Percentual de experiência no cultivo de arroz (em anos).....	44
Figura 12 – Percentual referente à descoberta da NF-e.	45
Figura 13 – Percentual referente às mudanças na produção e comercialização.	47
Figura 14 – Opinião sobre a implementação da NF-e.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção brasileira de arroz por região	23
Quadro 2 – Fontes de títulos da pesquisa bibliográfica.....	32
Quadro 3 – Estruturação da população-alvo.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

e-CPF – Certidão de Pessoa Física Digital.

EFI – Ensino Fundamental Incompleto.

EFC – Ensino Fundamental Completo.

EMI – Ensino Médio Incompleto.

EMC – Ensino Médio Completo.

ESI – Ensino Superior Incompleto.

ESC – Ensino Superior Completo.

EUA – Estados Unidos.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Prestação De Serviços.

IRGA – Instituto Rio Grandense do arroz.

NF – Nota Fiscal.

NF-e – Nota Fiscal Eletrônica.

PIB – Produto Interno Bruto.

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento.

RS – Rio Grande do Sul.

RFB – Receita Federal do Brasil.

SEFAZ – Secretaria da Fazenda.

SBT – Sistema Tributário Brasileiro.

SRT – Secretaria da Receita Federal.

SPED – Escrituração Contábil Digital.

TI – Tecnologia de Informação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivo Específico	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 AGRICULTURA.....	14
2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR.....	15
2.3 INOVAÇÕES NA AGRICULTURA.....	17
2.4 PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA NA ECONOMIA.....	19
2.5 A AGRICULTURA E O GOVERNO.....	20
2.6 A HISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DO ARROZ.....	21
2.6.1 O arroz no Brasil	22
2.6.2 A produção de arroz no Rio Grande do Sul	22
2.7 A NF-e NA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL (RS).....	25
2.8 NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e).....	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	31
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO.....	32
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	34
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	35
4 APRESENTAÇÃO E ANALISE DOS DADOS	37
4.1 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS DE TORRES.....	39
4.2 A NF-e NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS	39
4.2.1 Aspectos reais dos entrevistados	38
4.2.2 O tamanho das propriedades	44
4.2.3 Aspectos da Nota Fiscal Eletrônica	44
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICE	53

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é designada toda aquela em que o trabalho é exercido pelo produtor e seus familiares, sendo o trabalho familiar superior ao contratado. A agricultura tem se transformado com o passar dos anos, absorvendo cada vez mais a tecnologia, onde máquinas modernas facilitam e melhoram a produção, fazendo com que os agricultores adotem cada vez mais o desenvolvimento tecnológico, tornando o trabalho braçal menor e cada vez mais mecanizado (GUANZIROLI, *et al.*, 2001).

Todavia, com a adesão da tecnologia a gestão da propriedade tem se tornado mais complexa. O crescimento da produção proporcionado pela adoção de novas tecnologias tem facilitado o trabalho, porém com os custos altos desta tecnologia o isolamento de algumas propriedades onde certos recursos tecnológicos não são disponibilizados como o sinal de internet e telefone principalmente referente às inovações na área de gestão por parte de alguns agricultores e a falta de uma cultura que invista em tecnologia e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) para inovar na área (BATALHA, *et al.*, 2004).

Para os produtores de arroz do Rio Grande do Sul (RS) além dos avanços tecnológicos na área de produção a tecnologia tem avançado também na área de comercialização do produto do rizicultor (agricultores que plantam arroz) onde o Estado é pioneiro na exigência da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) no Brasil.

Sobre o Decreto Estadual nº 51.445, publicado em três de junho de 2014, que altera o regulamento sobre o ICMS (Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Prestação De Serviços) no Estado do Rio Grande do Sul, onde os rizicultores devem passar a emitir Nota Fiscal Eletrônica em todas as operações de venda para fora do Estado. É de ressaltar que tais documentos fiscais eletrônicos somente podem ser emitidos em ambientes (locais) com acesso à internet e o produtor rural deve possuir certificação digital e senha.

A NF-e surgiu para substituir o modelo atual que é feito com a emissão de papel, e instalar um documento eletrônico nacional. Que visa simplificar a burocratização e possibilita o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo fisco (MULLER *et al.*, 2008).

Com o surgimento da NF-e o rizicultor teve de adicionar tecnologia nas suas operações de venda de produto como computador, internet, impressora, para

poder efetuar sua NF-e. Com esta mudança há dificuldades na utilização destes aparelhos tecnológicos por parte da maioria dos rizicultores, sendo eles obrigados a encontrar uma alternativa para esta situação.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O governo do Rio Grande do Sul tem proposto melhorias continuamente nos processos de controle e gestão da produção agrícola. Muitas destas mudanças têm recebido a força de lei, o que leva os agricultores a terem que se adaptar a esses novos processos sob pena de sofrer sanções ou até mesmo ficar impedidos de colocar seus produtos no mercado.

Esta mudança de processo de gestão de controle por parte do Estado visa à melhoria e um maior controle dos resultados da produção, o que é necessário para a política agrícola do Estado, e por outro lado, visa também evitar a evasão fiscal. Neste sentido o governo do RS alterou NF do produtor para uma NF-e, tendo em vista facilitar a fiscalização.

Entretanto a operacionalização por parte dos agricultores encontra certos limites e a situação precisa ser analisada pela dificuldade dos produtores rurais em se adaptar a estes processos em tempo hábil. Entre os problemas encontrados pelos agricultores é a dificuldade de vender os seus produtos. Com base no exposto, se formula a seguinte questão de pesquisa: **Quais os efeitos da implantação da Nota Fiscal Eletrônica para os rizicultores de Torres (RS)?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os efeitos da implantação da Nota Fiscal Eletrônica na vida dos rizicultores no município de Torres (RS).

1.2.2 Objetivo Específico

- ✓ Realizar um levantamento bibliográfico sobre gestão na agricultura familiar;

- ✓ Identificar quem e quantos são os agricultores familiares no município de Torres (RS);
- ✓ Identificar o perfil dos rizicultores pesquisados;
- ✓ Verificar junto aos rizicultores quais mudanças feitas para a implementação da NF-e;
- ✓ Descrever a nova estrutura de gestão com a utilização da NF-e;

1.3 JUSTIFICATIVA

Observado a mudança na lei que rege a cobrança de tributos no RS, a NF-e significa uma grande mudança na vida dos rizicultores. O objetivo desta pesquisa é analisar esta mudança, se colocando no lugar das partes envolvidas, onde o governo é a parte que cria as leis para melhor fiscalizar as operações de venda de produtos e o produtor deve cumprir. Sendo assim o estudo se mostra importante para o entendimento e questionamentos sobre a lei e a utilização desta nova forma de gerir suas notas.

Este estudo é de relevância para a pesquisadora, por ser filha de agricultores e estudante de administração, foi solicitada a participar da apresentação de propostas de melhorias no sistema de gestão, considerando as dificuldades encontradas pelos produtores no entendimento desta nova forma de administrar os seus negócios.

Esta pesquisa trará informação sobre a NF-e para os agricultores sobre suas vantagens e desvantagens quando houver e a forma de agir perante esta mudança, orientando os de como gerir este novo modelo e sua tecnologia, mostrando ser um momento oportuno de estudo sobre o tema proposto.

Diante das dificuldades apresentadas pelos agricultores familiares no cumprimento do decreto que exige a emissão de Nota Fiscal Eletrônica na comercialização dos seus produtos, onde falta estrutura suficiente no meio rural e a maioria dos agricultores ainda não têm condições de atender à norma. Pois como farão a emissão da nota se em grande parte das propriedades não há sinal de internet. É necessário que se faça uma análise detalhada sobre as reais mudanças na NF, com pesquisas e dados que a pesquisadora tem total acesso, mostrando seu uma pesquisa viável.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A agricultura no Brasil é, historicamente, umas das principais bases da economia do país, desde o início da colonização, evoluindo da produção dedicada a um produto (como foram os ciclos econômicos) para a diversificação da produção e uso de tecnologias como é na atualidade. O arroz é uma atividade que faz parte do setor primário e a maior parte do que é produzido no país é utilizado para o sustento e pequena parte é exportado.

A agricultura tem se desenvolvido, com o passar dos anos, procurando diversas formas de superar suas limitações, sejam elas territoriais ou influências da natureza. A tecnologia foi sendo inserida, mais intensamente no meio rural nas últimas décadas. Atualmente é cada vez mais possível perceber o desenvolvimento da tecnologia na agricultura (BARBOSA, 2014).

Como a introdução da tecnologia na agricultura como, por exemplo, tratores, sementes modificadas, o saber tradicional dos agricultores, passado de geração a geração não é mais suficiente para orientar as novas gerações, o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais conhecimentos técnicos para trabalhar com as plantas, animais e máquinas e o controle da gestão tem se tornado mais complexa.

2.1 ASPECTOS GERAIS DA AGRICULTURA

A agricultura tem suas diferentes formas de agir, nela têm-se as mais conhecidas que é a agricultura familiar e a patronal (agronegócio) onde são diferenciadas por definições como a diferença de tamanho do estabelecimento, produção de commodities, utilização de empregados e capacidade de obter recursos. Blun (1999) conceitua que a agricultura pode ser considerada patronal quando o proprietário na maioria das vezes não mora na propriedade, geralmente são propriedades medias e grandes acima de 200 hectares, e usam alta tecnologia no trabalho.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) a agricultura familiar pode ser classificado com uma agricultura em que a renda familiar predominante seja originada do próprio estabelecimento, utilize

predominantemente a mão de obra da própria família, dirija sua propriedade com a sua família.

Contudo Barbosa (2014) completa que agricultura familiar o tem como mão de obra essencialmente o núcleo familiar e o cultivo de terra é realizado por pequenos proprietários rurais, com diferença da agricultura patronal que possui propriedades médias a grandes com trabalhadores contratados, fixos ou temporários.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar brasileira, onde ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares sendo apenas 22% de lavoura que corresponde a 17,7 milhões de hectares, 28% com matas e 45% de pastagens que correspondem a 36,4 milhões de hectares (IBGE, 2006).

A área média de cada estabelecimento da agricultura familiar era de 18,37 hectares, e dos não familiares considerados patronais a média é de 309,18 hectares. Dentro destes valores pode se perceber a grande diferença de uma agricultura familiar e a patronal, onde a familiar depende apenas da mão de obra da família e por isso a proporção de terra tão pequena comparada com a patronal (IBGE, 2006).

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens em comparação com a agricultura patronal, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte de a segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno, em contrapartida a patronal é a principal exportadora de alimentos.

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR

A trajetória da agricultura familiar no Brasil foi marcada por lutas para conseguir um espaço na economia e na sociedade, a sua evolução foi assegurada por estratégias econômicas que os próprios agricultores elaboravam articulando entre o auto-consumo e a integração ao mercado (BRANDENBURG, 2007).

A agricultura familiar é caracterizada pelo conhecimento ser repassado de geração a geração, na maioria dos casos o trabalho é feito com anos de experiência adquirida de seus descendentes. Mostrando que não foram técnicos ou cursos que

ensinaram aos agricultores o que fazer na terra e sim seus antepassados (BRANDENBURG, 2007).

Entretanto, a produção agrícola tradicional já não consegue competir no mercado por apresentar baixo rendimento produtivo, no mundo globalizado bons produtos não é o suficiente, a competitividade passou a ser condição decisiva para continuar no ramo de atividade onde produtos com qualidade, quantidade e preço baixo são os que ganham destaque. A abertura para o mercado contribui para disponibilizar máquinas e equipamentos, entre outras tecnologias de ponta aos agricultores familiares para garantir a competitividade no mercado (SANTOS, 2001).

No setor de produção rural chama atenção à capacidade dos agricultores agregarem valor a seu produto sem acrescentar custos, aproveitando às estruturas já existentes na propriedade dando novas serventias a esta estrutura ou criando e utilizando o mesmo material para vários serviços, iniciando as inovações em suas produções (BRANDENBURG, 2007).

A agricultura familiar tem facilidade de absorver o progresso tecnológico em comparação com os outros setores, por causa dos aspectos naturais do setor agrícola que influenciaram na sua evolução tecnológica. O camponês viu seus instrumentos de trabalho se aperfeiçoar enormemente sem que o processo de trabalho tivesse sofrido drásticas mudanças (GUANZIROLI, 2001).

A revolução tecnológica vai acontecendo neste setor e todos a relacionam com aumento de produtividade e aperfeiçoamento dos produtos com menores esforços trabalhistas, tendo também a diminuição no custo de produção que permite reduzir o valor dos bens de consumo, gerando um desenvolvimento na área (SANTOS, 2001).

Para Brandenburg (2007), quanto maior o desenvolvimento tecnológico na agricultura por parte de máquinas e produtos inovadores, maior a racionalidade instrumental que se deverá ter para gerir estes mecanismos, onde o agricultor precisa se aperfeiçoar ou contratar mão de obra especializada para determinadas funções.

Muito dos processos de mecanização nas operações agrícolas servem para intensificar a utilização da terra, ao tornar mais rápido a preparação da terra, precisa e melhor distribuída seus insumos é possível muitas vezes adicionar uma segunda cultura na entressafra, melhorando a lucratividade do agricultor e assim sua qualidade de vida (GUANZIROLI, 2001).

Embora não seja possível reduzir drasticamente a duração total do ciclo produtivo pelo fato que não se obtém controle das intervenções naturais, a introdução de inovações tecnológicas na agricultura reduz substancialmente o tempo de trabalho, agrega valor ao produto e qualidade, facilita o manuseio e trabalho na terra (SILVA, 2003).

Abramovay (2007) ressalta que para aumentar e elevar a produtividade o agricultor necessita de uma mudança nas condições materiais em que vive, mas para isso muitos agricultores não têm condições econômicas, já que é realizada nos parâmetros de uma economia de mercado, tornando para grande massa um sacrifício social.

2.3 INOVAÇÕES NA AGRICULTURA

As inovações agrícolas tem tido um grande espaço dentro da agricultura, aonde vem se modernizando desde a década de 1960, para poder estar de acordo com a economia nacional e internacional, e assim possuir maior produtividade e conseqüentemente maior competitividade diante do preço.

Um forte estímulo à inovação agrícola tem sido com subsídio e o uso de maquinas agrícola desde os anos de 1950 e é ampliado ao uso de fertilizantes e defensivos agrícolas que teve início nos anos 1960. O crédito agrícola subsidiado foi um instrumento básico desta modernização onde os pequenos produtores tiveram a oportunidade de financiar a compra de seus produtos e assim instalar a tecnologia nas suas lavouras (MOREIRA, 1999).

Como visto no item anterior as inovações têm um papel fundamental na agricultura, ela facilita e agrega valor ao produto tornando o mais rentável, as tecnologias são classificadas para melhor expressar o progresso tecnológico denominadas em quatro setores, as inovações mecânicas, inovações físico-químicas, inovações biológicas, inovações agrônômicas (SILVA, 2003).

As inovações tecnológicas são vitais para a agricultura ser competitiva garantindo o processo produtivo adequado para conquista de mercado, baixando custos de produção, adaptando plantas para melhor produzir e em maior quantidade. (SANTOS, 2001).

Um dos resultados mais marcantes do progresso tecnológico aplicado a produção é a elevação da atividade de trabalho, menos tempo de trabalho para

produzir a mesma quantidade de mercadoria (MOREIRA, 1999). Toda mecanização da agricultura, funciona tanto no sentido de reduzir o tempo de trabalho necessário a uma determinada atividade, como no de aumentar a intensidade do ritmo de trabalho, diminuindo o uso da mão de obra, mas não caracteriza aceleração na produção, pois não dá para intervir no desenvolvimento do produto, este que por sua vez se desenvolve por um processo natural. Na modernização agrícola a mudança mais visível é no processo de trabalho agrícola onde o trabalhador deixa de ser o agente ativo, o controlador do processo de trabalho, para se tornar um suplemento das máquinas (SILVA, 1998).

Os defensivos químicos utilizados na produção são denominados inovações físico-químicas onde não apenas reduzem o tempo de trabalho do produtor, mas também aumentam a produtividade com adubos, diminuindo ervas daninhas com defensivos agrícolas. Contudo temos as inovações agronômicas que são novos procedimentos, práticas e métodos culturais, onde a novas formas de plantio, rotação de cultura, manejo de solos, tudo para facilitar, melhorar o plantio e conseqüentemente o capital do agricultor (SILVA, 2003).

As inovações biológicas são elaboradas para atuar sobre as determinações das forças da natureza onde não dá para ter total controle, mas com uma variedade melhorada de sementes, por exemplo, tornamos a natureza a serviço do capital (SILVA, 2003).

E a essência do progresso técnico na agricultura poupar força de trabalho braçal e esforço produtivo para assim agilizar o serviço e produzir com maior qualidade e quantidade, fazendo com que o agricultor necessite de menos mão de obra, e seja cada vez mais mecanizado o processo produtivo, precisando de certo conhecimento (MOREIRA, 1999)

Para Guanzioli (2001) mesmo com o crescimento de máquinas e produtos que atuam na agricultura ainda têm espaço para a agricultura familiar porque não houve mudança no processo de trabalho, fazendo que o trabalho continuasse o mesmo, apenas com algumas melhorias, que podem facilmente ser contratadas, alugadas.

Embora o agricultor moderno ainda conserve certo grau de diversificação dentro de sua unidade produtiva, há sempre uma ou duas atividades que correspondem pela maior parte de sua renda, onde o produtor se torna cada vez

mais focado em um só produto, se especializando e adquirindo as tecnologias necessárias para sua principal produção (SILVA, 1998).

2.4 PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA NA ECONOMIA

A agricultura está cada vez mais adepta do mercado, engana se quem acredita que ela só participa na produção de produtos agrícolas, e que só abrange a área rural. Está mais diversificada e envolvida em diversas áreas podendo ser percebido pelo fato de agricultura não esta sendo discutida apenas no meio rural e sim no cenário atual da economia e da sociedade brasileira.

A agricultura tem um caráter de utilidade multifuncional já que atua em vários campos do mercado de trabalho, como o turismo, na cultura brasileira na Balança comercial, etc. Com isso o governo trata de proteger seu meio rural pelo mundo a fora, garantindo o crescimento dos demais setores, pagando o preço de atritos e retaliações (SANTOS, 2001).

Com o moderno sistema produtivo garantido pelas inovações a agricultura viabiliza e fortalece outros setores, muitos de alta tecnologia que produzem para o setor agrícola, trata se de setores que atuam direta ou indiretamente, e como no caso de insumos para a produção, bens de serviço, informática, meteorologia, mecânica, equipamentos em geral, entre outros serviços urbanos (SANTOS, 2001).

Não se pode mais compreender a estrutura e a dinâmica da agricultura brasileira sem levar em conta a estrutura e a dinâmica dos setores industriais com ela inter-relacionado em que as indústrias fornecem as inovações e tecnologias para o agricultor melhorando suas estruturas com base no que a indústria possui, bem como as formas e as características próprias das ligações que se estabelecem entre eles. A modernização da agricultura faz com que cresça o espaço de indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura (maquinas e insumos) movendo cada vez mais diversos setores, aumentando o valor da economia (SILVA, 1998).

Hoje pode se disser que não existe apenas uma agricultura, não se limita em apenas um setor e sim em vários complexos agroindustriais, com dinâmicas complexas, com ramos diversificados. E em cada setor há uma administração que se aplica e monitora e são as políticas do Estado ás responsáveis (SILVA, 1998).

A formação destes complexos agroindustriais é formada a partir da integração de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura

os insumos, tecnologia, máquinas entre outros, a agricultura propriamente dita a que produz e as agroindústrias processadoras que trabalha em cima do produto produzido na terra, todas beneficiadas por fortes incentivos de políticas governamentais (SILVA, 1998).

A tecnologia quando bem usada tem se mostrado um aliado ao agricultor. Isto acontece porque há um grande esforço da pesquisa voltado para o setor rural. A maioria das tecnologias desenvolvidas visa aumentar a produtividade da terra e algumas, como máquinas e equipamentos adaptados aos pequenos produtores, têm como objetivo eliminar a ociosidade da terra ou aumentar a produtividade do trabalho (PORTUGAL, 2004).

2.5 A AGRICULTURA E O GOVERNO

O governo, através de políticas públicas, interfere diretamente na agricultura criando subsídios e fiscalizando o setor, pois como visto antes a agricultura move setores importantes para a economia brasileira. Neste tópico será tratado sobre como o governo fiscaliza a agricultura, tendo como tema principalmente a área da rizicultura (agricultores que plantam arroz).

A inserção da agricultura no mercado ou no seu desenvolvimento agrário depende de tecnologia e condições político-institucionais que chegam até o agricultor representado por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, entre outros. Onde à ainda um grande desafio a vencer (PORTUGAL, 2004).

Em 1967, surgiu o Código Tributário Nacional, objetivando definir o Sistema Tributário Brasileiro e regulamentar as normas gerais de direito tributário, compartilhando o poder de tributar entre a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios. O Sistema Tributário Brasileiro é um dos mais complexos do mundo. Existem hoje mais de sessenta tributos, entre impostos, taxas e contribuições. Além disso, tal sistema não é constituído por um conjunto unificado de normas. Cada um dos tributos possui legislação específica, e nos casos dos tributos estaduais ou municipais, cada unidade possui sua própria legislação (SANTOS, et al, 2009).

A partir da década de 1990, o governo tem intensificado a modernização tecnológica, através da criação de sites na internet na perspectiva de criar um sistema eletrônico de comunicação entre o governo e seus contribuintes para ter

uma melhor relação entre a informação e o entendimento da mesma (PEREIRA, *et al.*,2008).

Percebe-se que o Sistema Tributário Brasileiro é complexo, são diversas normas entre federais, municipais e estaduais a serem seguidas para que tenham o cumprimento legal das obrigações fiscais do país. Estas normas são alteradas para a adequação as mudanças no ambiente econômico nacional e internacional. Diante destas mudanças constantes, para se adequar são muitas as dificuldades do contribuinte e dos agentes fiscalizadores, de conhecer e aplicar adequadamente a legislação tributaria brasileira, já que a mudança é frequente (SANTOS, *et al*, 2009).

Estas mudanças que estão cada vez mais inovadoras e para isso busca utilizar recursos disponíveis de Tecnologia de Informação (TI) para assim melhorar a relação entre o fisco e o contribuinte. Como no caso da instalação da NF-e, que atua como uma inovação para o fisco, onde visa à simplificação das obrigações acessórias e a economia com a guarda de documentos e papel, ao mesmo tempo em que ajuda a combater a evasão e a elisão fiscal. (BONFIM. *et al*, 2012).

No Rio Grande do Sul a NF-e na agricultura começou com apenas um setor de produção, o setor de produtores de arroz, onde este setor é obrigado a produzir a NF-e para as operações de venda de arroz em casca tanto dentro do Estado como para outros.

2.6 A HISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DO ARROZ

Um cereal de extrema importância para a cadeia alimentar, que se propagou pelo mundo sendo cultivado em diversos países e consumido por milhares de pessoas. O arroz é um dos alimentos mais produzidos no mundo todo, seja por sua importância nutritiva ou mesmo por ser uma cultura que se adapta facilmente, ou seja, ele se destaca por sua produção e área de cultivo.

Segundo a Food and Agriculture Organization (FAO) o arroz é a principal fonte de energia para mais da metade da população mundial e que mais de 850 milhões de pessoas em todo mundo passam fome, com mais de 50% delas vivendo em zonas que dependem da produção do arroz. No Camboja o produto representa 73,29% da energia; para a China, 29,99%; para o Japão, 23,06%; na Guiné Bissau é responsável por 42,17%; na Costa do Marfim por 23,47% e no Brasil por 12,09%. Em sua divulgação de agosto de 2012 o United States Department of Agriculture - USDA informa que para a safra 2011/12 estimam a produção de 465,0 milhões de toneladas de arroz beneficiado para o consumo de 458,6 milhões (CONAB, 2012).

O arroz pertence à família Poaceae ao qual faz parte capins, gramas ou relvas que consiste em plantas floríferas, e ao gênero *Oryza* que é composto por mais de 20 espécies. Onde ficou conhecida o arroz asiático e o arroz africano que após muitos anos expostas a variadas pressões e seleção eles apresentam aspectos e características diferentes e grandes variedades. (REIFSCHNEIDER. *et al*, 2014).

O arroz nativo da África foi substituído por arroz asiático, trazido por mercadores árabes na era cristã, mas as características originais do arroz africano marcam a agronomia e culinária atual do arroz no Brasil. Na China, logo a cultura se difundiu por suas ótimas tecnologias para o cultivo e por conseguirem cultivar uma planta de baixa estatura. A cultura do arroz com o manejo da água foi trazida segundo historiadores, provavelmente por africanos, que já praticavam a cultura na África (SINDARROZ, 2007).

O arroz é cultivado em todos os continentes, em cerca de 120 países. É uma planta hidrófila e como resultado do seu processo de evolução apresenta ampla faixa de adaptação e mutação por isso pode ser cultivada tanto em áreas de clima tropical como temperado, em várzeas úmidas, as áreas de sequeiros e lavouras irrigadas ou inundadas (REIFSCHNEIDER. *et al*, 2014).

A estimativa é de que 2,4 bilhões de pessoas no mundo consomem arroz e com base na média de consumo de arroz que é de 60 Kg/hab/ano pode se dizer que a Indonésia é o País de maior consumo deste cereal, onde na Indonésia o consumo atinge 150 kg/hab/ano já nos Estados Unidos e a Espanha possui baixo consumo médio de 10 kg/hab/ano, o consumo tem a ver com a cultura do País (REIFSCHNEIDER. *et al*, 2014).

Os primeiros relatos de arroz cultivado no Brasil foram pelas cartas de Pedro Vaz de Caminha que relatavam que nas buscas encontraram com os índios arroz e inhame e que o arroz era produzido em áreas próximas ao litoral e também na região do Amazonas nas aldeias (REIFSCHNEIDER. *et al*, 2014).

2.6.1 O arroz no Brasil

No Brasil o arroz é considerado o segundo cereal em importância no País em termos de volume produzido é utilizado fundamentalmente na alimentação

humana, sendo componente da dieta básica de grande parte da população brasileira. O Brasil está entre os maiores produtores da cultura de arroz. Sendo que a sua produção interna está distribuída nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso.

O arroz é um cereal que possui grande importância como componente básico na dieta alimentar e com o crescente aumento do seu consumo, deverá desempenhar cada vez mais papel estratégico para a garantia da segurança alimentar da população mundial (REIFSCHNEIDER. *et al*, 2014).

Segundo o IBGE em 2014 a produção de arroz brasileira 12.769 milhões de toneladas de produção do País, onde 2.377.406 hectares e um rendimento médio esperado de 5.182 Kg/ha. Tendo 40 mil produtores em todo o Brasil que cultivam 2,4 milhões de hectares, em cerca de 500 municípios do País, gerando cerca de 350 mil empregos.

No quadro abaixo pode ser analisado a produção de arroz brasileira total e por regiões e suas produtividade e áreas de plantio, mostrando que a região Sul do País está com maior produtividade que as demais e possui mais terras de plantio, alcançando a maior produção de todas as regiões.

Quadro 1 – Produção brasileira de arroz por Região.

Regiões	Área de plantio (mil/há)			Produtividade (Kg/há)			Produção (mil/t)		
	Safr		Varição	Safr		Varição	Safr		Varição
	2012/2013	2013/2014	%	2012/2013	2013/2014	%	2012/2013	2013/2014	%
Norte	291,9	288,8	-1,1	3.530	3.576	1,3	1.030	1.032	0,3
Nordeste	588,2	554,4	-5,70	1.271	1.786	40,6	747	990	32,5
Centro-Oeste	225,2	315,5	40,1	3.423	3.275	-4,3	770	1.033	43,1
Sudeste	44,6	39,2	-12,1	3.106	2.580	17	138	101	-27
Sul	1.249,70	1.287,80	3	7.308	7.464	2,1	9.132	9.612	5,2
Brasil	2.399,60	2.485,70	3,6	4.926	5.137	4,3	12.769	12.769	8

Fonte: CONAB, 2014.

Quanto ao aspecto econômico é importante ressaltar que o último censo agropecuário, divulgado pelo IBGE, indica que 34% de toda a produção de arroz advém da agricultura familiar. Atualmente a maior parte da rizicultura (termo que define a agricultura do arroz) ocorre em cinco estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins (CONAB, 2012).

Segundo projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o PIB do arroz foi estimado em junho de 2012, para a

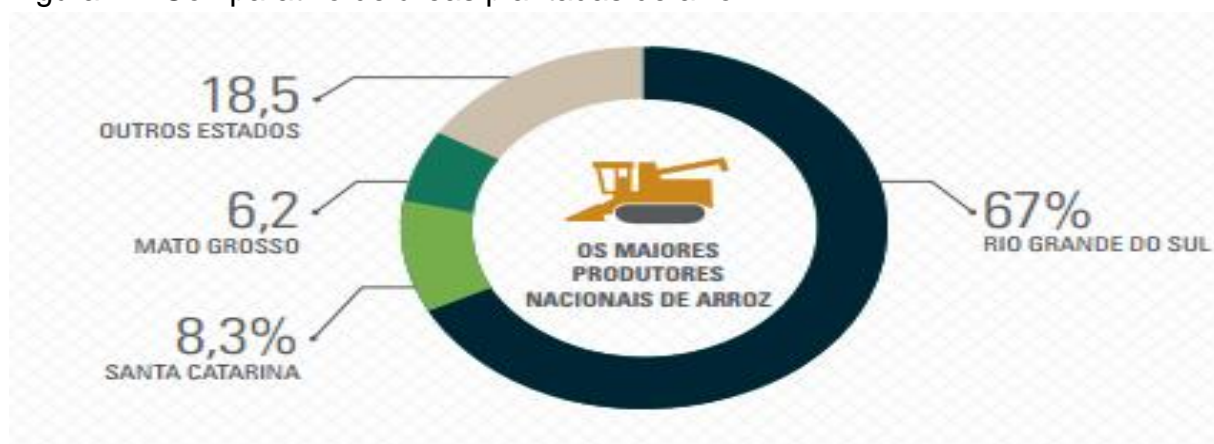
presente safra, em 11.924,0 toneladas, sendo que 7.933,4 toneladas são geradas no Rio Grande do Sul, especialmente na faixa de fronteira com a Argentina e Uruguai (SEBRAE, 2014).

2.6.2 A Produção de arroz no Rio Grande do Sul

Segundo SEBRAE (2014) o Rio Grande do Sul é responsável por cerca de 67% da produção de arroz do Brasil e predomina o arroz irrigado na região. Nos últimos oito anos a região, aumentou sua produtividade de média de 5,3 toneladas por hectare para 7,5 toneladas na mesma área. Próximas das obtidas em países tradicionais no cultivo de arroz irrigado, ficando pouco abaixo das obtidas nos EUA, Austrália e Japão. Por isso motivou a exportação de arroz brasileiro.

Na imagem abaixo pode se perceber a quantidade de produção de cada Estado, onde mostra que o RS lidera a produtividade de arroz do Brasil, sendo o Estado que mais evoluiu nos últimos 20 anos, aumentando a produtividade de suas terras, dando espaço assim para a exportação.

Figura 1 – Comparativo de áreas plantadas de arroz.



Fonte: IBGE/ SEBRAE, 2014.

Nos últimos anos tem aumentado gradativamente a área cultivada de arroz, onde eram grandes fazendas de gado, foi substituída por uma espécie de monocultura, ou seja, toda área que era destinada apenas na criação de gado passou a ser apenas metade, pois a outra metade hoje em dia é para cultura de arroz irrigado ou sequeiro, sendo que em algumas áreas o cultivo do arroz é a principal cultura produzida, conseqüentemente a principal fonte de renda também.

Segundo SEBRAE (2014), no Rio Grande do Sul, o arroz é produzido em 133 municípios localizados na metade do sul do Estado, onde 232 mil pessoas vivem direta ou indiretamente da exploração desta cultura. Onde 25 mil produtores em cerca de 200 municípios nos Estados do Sul, que tem nessa cultura sua principal economia local.

2.7A NF-e NA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL

A agricultura familiar há tempos vem passando por processos de inovação dentro dos seus setores no Rio Grande do Sul, além de todas as suas mudanças em serviços e produtos esta passando pelo processo de mudança em suas Notas Fiscais onde o governo modificou para a NF-e. O que antes era um processo simples e manual, hoje é um processo que exige maiores conhecimentos tecnológicos.

Desde a edição do Decreto Estadual Nº 51445/14 modifica o regulamento do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e de comunicação (RICMS). O governo do Estado do Rio Grande do Sul, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, Decreta:

Art. 1º Fica introduzida a seguinte alteração no livro II do regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699/97:

a) A nota passa a ser nota NF-e e ficam acrescentadas as notas 02 e 03 para casos que de impossibilidade de emissão de NF-e, conforme segue:

NOTA 02 – No caso de impossibilidade técnica para a emissão de NF-e no local de início da operação, deverá ser emitida Nota Fiscal de Produtor, modelo bloco de papel, para acobertar o trânsito da mercadoria até o local em que for possível a emissão de NF-e.

NOTA 03 – As vias da Nota Fiscal de Produtor emitida nos termos da nota 02 deverão ser juntadas a 2º via do talão, contendo a informação: “Substituída pela NF-e nº.”

b) Nas demais saídas interestaduais:

1. A partir de 1º de maio de 2014, quando o valor da operação for superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

2. A partir de 1º de setembro de 2014, quando o valor da operação for superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

3. A partir de 1º de novembro de 2014, quando o valor da operação for superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

4. A partir de 1º de janeiro de 2015, para todas as saídas interestaduais.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2014 (DOE, 2014).

Como se pode notar a NF-e terá de ser utilizado por todos os rizicultores que efetivarem a venda de seus produtos. Tornando a inovação tecnológica para o produtor não apenas presente na lavoura com seus tratores e insumos, mas agora esta sendo também nas suas obrigações tributárias, tendo de aderir mais tecnologia a sua produção.

No qual estes produtores rurais pessoas físicas deverão efetivar o procedimento de regularização dos documentos fiscais, mudando os de blocos de papel como era há anos para a utilização do certificado digital de pessoa física, onde irá elaborar a sua NF-e pelo site da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul através da emissão da chamada Nota Fiscal Eletrônica Avulsa (FEDERARROZ, 2014).

O documento de pessoa física digital é um documento eletrônico de identidade que é utilizado para assinar digitalmente documentos eletrônicos e para garantir a autenticidade dos remetentes e destinatários dos dados e documentos que trafegam pela internet não precisando mais de assinatura em folhas. A Certidão de Pessoa Física Digital (e-CPF) foi criada para facilitar o relacionamento entre os contribuintes e a secretaria da receita federal (SRF) (INVIA, 2015).

O certificado do tipo A3 que é o utilizado pelos arroteiros oferece mais segurança, pois tem chaves de segurança inteligente em cada pendrive, onde não permite a cópia da chave privada. Com este método é possível transportar a chave privada e o seu certificado digital de maneira segura, podendo realizar transações eletrônicas onde desejar, ele é um modelo em pendrive. Este certificado digital tem validade de 3 (três) anos (INVIA, 2015).

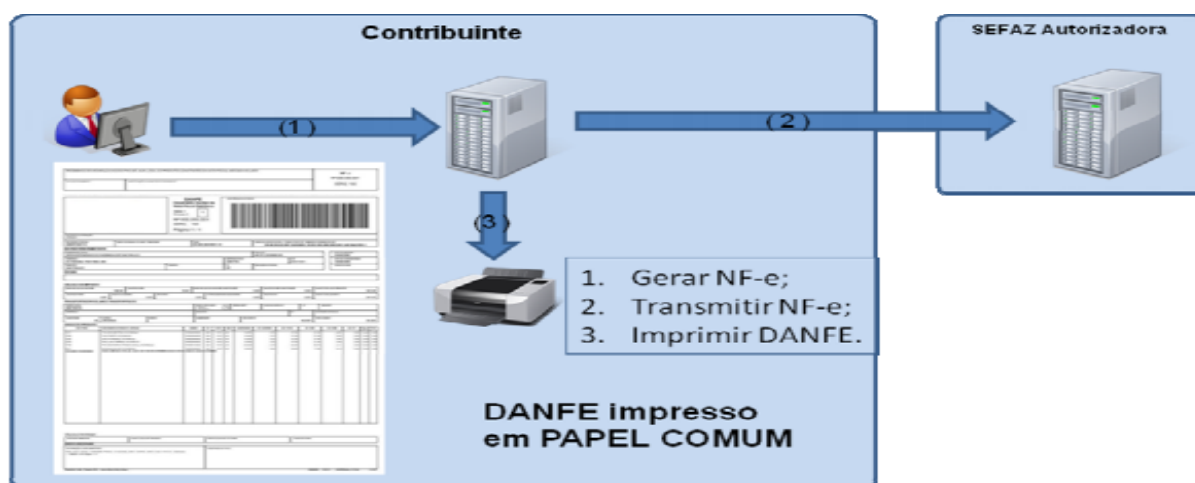
Nesse sentido do contribuinte utilizar o certificado digital ele solicita seu cadastramento e habilitação como emissor de NF-e junto ao site da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) por um órgão adaptado e como conhecimento nesta área. Após a solicitação para a utilização da NF-e, a SEFAZ realizará uma análise eletrônica do

pedido de cadastramento do produtor, que efetuará o pagamento deste certificado para assim poder fazer uso na Nota Fiscal Eletrônica (MOLLER, 2009).

Para isso o governo disponibiliza gratuitamente um programa para o produtor acessar com seu certificado digital (este que é adquirido por meio de compra) para emissão da NF-e. Com a NF-e devidamente preenchida, o contribuinte deverá proceder à assinatura digital do arquivo. Este arquivo deverá, então, ser transmitido via Internet, para a Secretaria da Fazenda, através do uso de tecnologia “web servise”, antes da saída da mercadoria de seu estabelecimento (SANTOS, 2009).

Porém para se produzir uma NF-e precisa se de conhecimento de informática, já que a NF-e é gerida pelo uso da internet e é feito por várias etapas em que o emissor precisa preencher seus dados, do motorista que levará o produto para seu destinatário, dados do produto e dados dos tributos. Conhecimento com impressora e também possuir estes produtos, já que isso deve ser feito pelo próprio contribuinte por se tratar de informações precisas e de extrema importância que não se deve ofertar para qualquer pessoa. A seguir a figura mostra de uma forma simples como é feito o processo de emissão de uma NF-e.

Figura 2 – Modelo de NF-e na Agricultura Familiar.



Fonte: MANUAL DE CONTINGÊNCIA (2014).

A modernização tecnológica nem sempre é feita a com base no que a sociedade tem conhecimento, muitas vezes é disponibilizado uma tecnologia com base no mercado internacional sem averiguar os conhecimentos daqueles que serão envolvidos nesta mudança, deixando de lado a disponibilidade de uma das partes

envolvidas, passa também e, sobretudo pelos interesses econômicos e políticos que se tem no dado momento da história, em que a tecnologia só é modernizada se assim convir para o governo e a economia (MOREIRA, 1999).

A falta de mão-de-obra especializada para emissão da Nota Fiscal Eletrônica é uma das principais dificuldades encontradas para os rizicultores. Pessoas despreparadas, muitos sem estudo nem conhecimento na área fiscal, emitem documentos com tributação, códigos fiscais e destinatários incorretos, entre outras incorreções, e prejudicam a qualidade da informação transmitida (BONFIM, *et al.*, 2012).

O dilema a ser enfrentado é que não raro muitos locais no interior do RS não têm acesso à internet, pois as lavouras geralmente ficam longe da cidade. Para superar tal dificuldade de comunicação terão de encontrar soluções compatíveis com a operacionalidade do negócio, registrando que o arroz em casca deverá sair da lavoura com a nota fiscal eletrônica emitida e a DANFE junto com a carga para a fiscalização e comprovação de que está de acordo com as leis (NETO, 2014).

2.8 NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e)

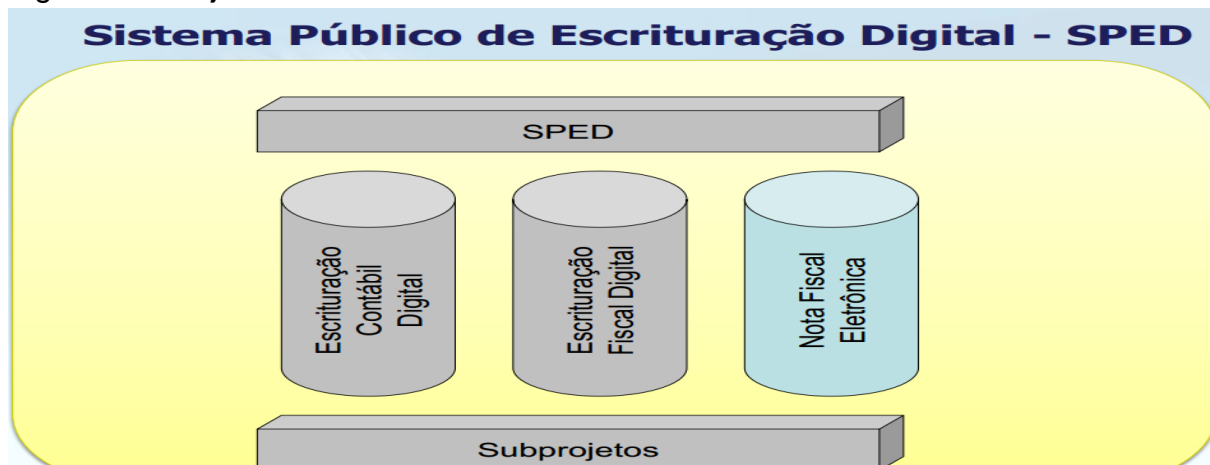
Como a tendência é de que cada vez mais o governo se torne digital, para melhor se comunicar com os seus contribuintes. O governo lançou o projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que tem como objetivo a integração dos sistemas de fiscalização e arrecadação feita pelo governo para racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes e tornar mais rápida a identificação e ilícitos tributários.

Pode-se conceituar a NF-e como um documento de existência apenas digital, onde é emitido e armazenado eletronicamente antes da ocorrência do fato gerador, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços para fins fiscais do documento eletrônico (MANUAL DE INTEGRAÇÃO, 2009).

A NF-e foi desenvolvida pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Secretaria da Receita Federal do Brasil, que tem como intuito se adequar as mudanças do ambiente econômico tornando a fiscalização cada vez mais computadorizada, onde o objetivo é implantar um modelo nacional de documento eletrônico que substitua o sistema atual de documento fiscal em papel, permitindo

que o fisco acompanhe em tempo real as operações comerciais, aumentando o poder de fiscalização (BONFIM, *et al.*, 2012). Como mostra na figura 3, o SPED é composto por três grandes subprojetos: a Escritura contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a NF-e. Sendo a NF-e o principal objetivo deste estudo (PEREIRA, *et al.*, 2008).

Figura 3 – Projeto SPED.



Fonte: SEFAZ (2014).

O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) é uma representação gráfica de maneira simplificada da NF-e, seguindo um layout específico que tem como principais funções acompanhar a mercadoria em trânsito e facilitar a consulta deste documento, e possibilita colher assinatura do destinatário para a comprovação de entregas de mercadorias ou prestação de serviços (SANTOS, 2009).

A validade da NF-e e do respectivo DANFE (documento que é impresso e usado com a validação da NF-e), esta condicionada a uma autorização de uso concedida pela Secretaria da Fazenda. O procedimento é exclusivamente virtual e com assinatura digital do contribuinte, garantindo confiabilidade no processo e também validade jurídica. Com isso se observa a dificuldade na sonegação da NF-e, pois aumenta a arrecadação de impostos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias (BONFIM, *et al.*, 2012).

Pereira, *et al.*, (2008) explica quais as características que a NF-e deve conter para se tornar válida e assim o contribuinte estar em dia com o fisco, segue abaixo as características que a NF-e deve conter:

a) Documento digital nos padrões definidos pela MP 2.200/01, no formato XML (*Extended Markup Language*), que se encontra no site da SEFAZ para ser preenchido pelo contribuinte ou alguém de sua confiança;

b) Garantia de autoridade e integridade, certificada através da assinatura digital do emitente feita através de um cadastro definido pela infra-estrutura de Chaves Pública Brasileira (IPC Brasil);

c) O arquivo na NF-e devesse seguir o layout de campos definidos em legislação específica que contem no site da Sefaz para o preenchimento;

d) A NF-e devesse conter um “código numérico”, obtido por meio de algoritmo fornecido pela administração tributária que aparece instantaneamente após o preenchimento e validação da NF-e onde comporá a “chave de acesso” de identificação da NF-e;

e) A NF-e para poder ser valida devesse ser enviada eletronicamente e autorizada pelo fisco, do departamento do contribuinte emissor, antes do seu envio ao destinatário e antes da saída da mercadoria do estabelecimento ou propriedade;

f) A transmissão da NF-e será efetivada via internet, por meio de um protocolo de segurança, após o preenchimento correto da nota;

g) A NF-e transmitida para a SEFAZ não pode mais ser alterada, permitindo se apenas, dentro de certas condições o seu cancelamento;

h) As NF-e devessem ser emitida em ordem consecutiva, crescente, e sem intervalos a partir do 1º numero seqüencial, sendo vedada a duplicidade ou reaproveitamentos dos números inutilizados ou cancelados;

i) Fica a critério das administrações tributárias a NF-e poderá ter seu recebimento confirmado pelo destinatário.

Com base nestes critérios pode se analisar que para gerir a NF-e precisa de certo conhecimento sobre suas características, e como funciona para poder efetuar. Nem todos os setores se sentem aptos para manusear, pois alguns possuem pessoas que não conseguem aderir ou não possui os elementos necessários para isto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao abrir os olhos para o mundo, o homem começou a interrogar-se a respeito dos fatos do mundo exterior, tanto quanto na cultura e na natureza com isso surgiu a necessidade de uma metodologia de pesquisa científica. A metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento, com procedimentos claros, para que o pesquisador e o leitor entendam o sentido e o seguimento da pesquisa (ANDRADE, 2005).

Para desenvolver uma pesquisa é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar, para se ter um rumo específico a seguir. De acordo com as características da pesquisa poderão ser escolhidas várias modalidades de pesquisa (FONSECA, 2002, p. 61).

Ao realizar uma pesquisa, alguns parâmetros precisam ser definidos para que o projeto não se perca no meio do caminho e siga sempre numa mesma linha de pensamento. Esses parâmetros são chamados de métodos e são definidos de acordo com as particularidades da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para melhor desenvolver a pesquisa foram utilizados os meios de pesquisa descritiva, pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, para que com estes meios a pesquisa seja totalmente desenvolvida. Com base no assunto de pesquisa foi necessário coletar os dados com os rizicultores que passaram por a mudança da NF-e e analisar os resultados obtidos torna-se a pesquisa descritiva.

A pesquisa descritiva tem como principal característica a coleta e análise dos dados, sem que o pesquisador interfira nos resultados, preservando a opinião e as informações dos dados obtidos. Ela utiliza questionários, os levantamentos, os dados armazenados e entrevistas (CIRIBELLI, 2003).

O levantamento de alguns dados, como os dados dos agricultores familiares foi obtido com base em entrevistas em uma pesquisa de campo, com o público alvo, na região de Torres-RS e suas comunidades pertencentes. Para se ter uma real informação dos efeitos causados pela mudança da NF-e, nos agricultores.

A pesquisa de campo tem como objetivo conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de

uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles que só com uma pesquisa de campo e seu público alvo se descobre (MARCONI, 2002).

Para ter uma base sólida para a Pesquisa se obteve primeiramente a fundamentação teórica e para complementar a pesquisa de campo foram utilizadas informações de livros, redes eletrônicas, órgãos públicos de Torres que obtêm dados importantes para a pesquisa e matérias acessíveis ao público geral. Utilizando a metodologia da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas, uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente em uma pesquisa bibliográfica preliminar para fundamentar o que será pesquisado e as razões pela qual esta pesquisa se aplica (MARCONI, 2002).

Quadro 2 – Fontes de títulos da pesquisa bibliográfica.

Assuntos	Autores
Setores da agricultura	BARBOSA, 2014
Agricultura Familiar	GUANZIROLI, 2001
Inovações na agricultura	SILVA, 2003
Participação da agricultura na economia	SILVA, 1998
Agricultura e o governo	SANTOS, <i>et al</i> , 2009
A história e a importância do arroz	REIFSCHNEIDER, <i>et al</i> , 2014
O arroz no Brasil	CONAB, 2014
A produção de arroz no RS	IBGE
NF-e na rizicultura familiar do Rio Grande do Sul	MOLLER, 2009
Nota Fiscal Eletrônica	BONFIM, <i>et al</i> , 2012.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO

A definição da população-alvo consiste em delimitar pessoas, organizações ou fenômenos para que sejam analisados somente aqueles que obtêm as informações necessárias para o estudo dos quais serão pesquisados por

características básicas como sexo, faixa etária e localização (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Para que o estudo tenha suas informações foi identificado com o público-alvo desta pesquisa os rizicultores ativos de Torres Rio grande do Sul, pois estes se encaixam no perfil do estudo. A pesquisa pode englobar toda uma organização, assim como um determinado departamento, conforme a necessidade e os objetivos da pesquisa, porém se o projeto abrange uma população da qual se pretende extrair algum aspecto deverá definir-se um plano de amostragem para que seja analisado o público sem inviabilidade.

A pesquisa teve como objetivo avaliar os efeitos da NF-e para os rizicultores e para isso foi realizado uma pesquisa de campo, no primeiro semestre de 2015. A pesquisa foi feita a domicílio com rizicultores de Torres que produzem e emitem a NF-e que são 80 rizicultores cadastrados. Porém devido ao grande tamanho da população de rizicultores e a acessibilidade será optado por pesquisar uma parcela destes, onde a principal área de pesquisa se encontra nas áreas rurais de Torres (RS).

Quadro 3 – Estruturação da população-alvo.

OBJETIVO GERAL	PERÍODO	EXTENSÃO	UNIDADE DE AMOSTRAGEM	ELEMENTO
Verificar junto aos agricultores quais as mudanças feitas para a implementação da NF-e	Primeiro semestre de 2015	Torres	Domicílio	Rizicultores

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2015).

Para a delimitação da população que participou da pesquisa, utilizou-se como base o Sindicato de trabalhador Rural (STR) de Torres-RS, que em visita, forneceu uma lista com o número de arroseiros inscritos no STR, totalizando 240 arroseiros inscritos.

A partir da vigência da NF-e em que o bloco de notas em papel não pode ser mais usado para arroz, apenas 80 arroseiros tiraram NF-e, ou seja, de 240 inscritos apenas 80 estão ativos, apenas estes produzem e emitem a NF-e, fazendo a comercialização do seu arroz. Definiu-se que a pesquisa seria relevante se aplicada somente com os produtores ativos. Sendo assim, após retirar os agricultores que não se encaixavam com o público-alvo se reduziu a 80 rizicultores.

Segundo Marconi e Lakatos (2001) para poder analisar sobre um determinado assunto precisamos definir o público e para colher as informações de todo o público é praticamente impossível, por isso a necessidade de definir uma amostra que represente este público descrito. Para o estudo foi pré-definidos um total de 80 rizicultores que se encaixam no público da pesquisa, onde foi aplicada a entrevista em 21 rizicultores pelo critério de Saturação e Acessibilidade.

O critério de saturação é utilizado quando o pesquisador percebe que as resposta se tornam repetitivas, ou seja, quanto à repetição das informações centrais do questionamento se tornam praticamente as mesmas, assim é o momento de se der por encerrado as entrevistas, entendendo que as informações relevantes estão esgotadas (GUERRA, 2006).

A acessibilidade é o critério adotado, quando o acesso as informações são difíceis de acessar, devido à distância, tempo e recursos para realizá-la. No caso da pesquisa com os rizicultores, por se tratar que as propriedades são distantes umas das outras e de difícil acesso, se torna complicado a pesquisa por uma amostra aleatória em todas as comunidades e/ou propriedades, por isso, a opção pelo critério de acessibilidade. O corte em 21 entrevistados foi feito a partir do momento em que as respostas começaram a se tornar repetitivas. As comunidades entrevistadas foram Jacaré, Rio Verde, João XXIII, Pirataba, Areia Grande, todas pertencentes a Torres-RS.

Além dos rizicultores, foram entrevistados o Presidente de uma cooperativa, em que muitos produtores de arroz são associados e o proprietário de um escritório de contabilidade que presta serviços aos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas os dias 01 de abril á 10 de abril, optou por esse período por ser pós-colheita, desta forma facilitou a pesquisadora ter acesso aos rizicultores, pois na colheita passam maior tempo nas lavouras, o que dificultaria a aplicação dos questionários. As entrevistas foram feitas a domicílio dos rizicultores, aplicada pela pesquisadora em horários não comerciais para que assim encontrasse os entrevistados em casa.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Fontes primárias são constituídas por obras ou textos originais, material ainda não trabalhado, sobre determinado assunto. As fontes primárias, pela sua

relevância, dão origem a outras obras, que vão formar uma literatura ampla sobre aquele determinado assunto. As fontes secundárias referem-se a determinadas fontes primárias, isto é, são constituídas pela literatura originada de determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2005).

As fontes primárias deste trabalho se deram pela entrevista em campo onde foram extraídas as informações que não contem em pesquisas bibliográficas que foram muito utilizadas como base para a pesquisa. A coleta de dados constitui uma parte importantíssima da pesquisa de campo, mas não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita. Os dados coletados serão posteriormente elaborados, analisados, interpretados e representados graficamente. (ANDRADE, 2005).

Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo, com a entrevista em profundidade com o uso de questionário com perguntas fechadas e abertas. A pesquisa foi aplicada pessoalmente nos domicílios dos rizicultores pertencentes de Torres-RS e suas comunidades. O questionário das entrevistas está anexo no final desta monografia.

Andrade (2005) as perguntas fechadas são aquelas que indicam três ou quatro opções de respostas, ou se limitam à resposta afirmativa ou negativa, e já trazem espaços destinados à marcação da escolha, sendo mais fácil de serem analisadas graficamente, respostas diretas.

Andrade (2005) as perguntas abertas dão mais liberdade de respostas, proporcionam maiores informações, devendo ser agrupadas por semelhança para serem analisadas, dando ao entrevistado mais liberdade para se expressar.

Tendo uma observação pessoal da pesquisadora sobre as perguntas abertas, analisando os procedimentos utilizados pelos rizicultores para executar as ações referentes à NF-e, para isso foi gravado as respostas dos entrevistados, para que assim a pesquisadora tivesse mais liberdade durante a entrevista e pudesse analisar com calma após a entrevista.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Entre os principais elementos que compõem um procedimento de pesquisa estão os métodos de análise de dados, dos quais podem ser classificados

como abordagem quantitativa, qualitativa ou mista, caracterizadas pelo foco em questões fechadas, análise de dados numéricos ou dados não-numéricos. De acordo com os métodos de pesquisa e coleta de dados, foi utilizada a análise de dados qualitativa.

Sendo relacionado à pesquisa feito em campo com os dados teóricos. Disponibilização das informações feito em tabelas e gráficos para melhor representar. Quanto à abordagem da pesquisa é qualitativa. Para Trujillo (2001, p. 5) a pesquisa qualitativa “[...] origina-se das observações para generalizar, empregando a indução [...]”. Ou seja, este tipo de pesquisa procura somente investigar se uma ou mais qualidades está presente, não se importando com a quantificação.

Seguindo este raciocínio Trujillo (2001, p. 13) enfatiza que “as pesquisas qualitativas oferecem baixa representatividade estatística e elevado volume (de características) e profundidade [...]”. Assim tem-se nessa pesquisa um elevado volume de informações, em que se pode justificar e dar maior embasamento ao tema pesquisado.

A pesquisa qualitativa faz com que se tenha maior entendimento do assunto a ser analisado. É caracterizada pela impossibilidade de quantificar dados e esclarecer as razões do que está sendo pesquisado (HONORATO, 2004).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da coleta de dados junto a rizicultores do Norte do estado do Rio Grande do Sul. Por ser uma entrevista ela ocorreu a domicílio dos rizicultores feito pela pesquisadora.

A seguir esta uma análise sobre os aspectos socioeconômicos do município de Torre (RS) e algumas considerações sobre a idéia de dimensão econômica e sustentabilidade familiar, bem como de cada ponto questionado na entrevista, levando em consideração os objetivos específicos da pesquisa e as respostas de cada entrevistado.

4.1 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS DE TORRES (RS)

Torres-RS é conhecida como uma cidade turística, com belas praias, onde veranistas vêm desfrutar no verão. O que muitos não conhecem é a área rural de Torres que são comunidades que contribui muito para o município com sua produção rural. Comunidades como Jacaré, Areia Grande, Rio Verde, João XXIII.

Através do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento do Rio Grande do Sul, em 2010, o PIB atingiu o montante de R\$ 150 bilhões, assegurando ao Estado uma posição confortável no ranking nacional. Em comparação à evolução do PIB ao longo do período de 2000 a 2009, o município apresentou um crescimento acumulado de 120% (IBGE, 2014).

Se elencarmos aspectos socioeconômicos de Torres, pode-se encontrar uma gama de atividades, essenciais para combater a sazonalidade e para ampliar as possibilidades de acesso às oportunidades, estimulando um ambiente sócio-econômico do município. Na avaliação dos setores produtivos em Torres, o setor de serviços/turismo contribuiu com 65%, a agropecuária contribuiu com 25% e a indústria e demais setores contribuiu com 10% do valor adicionado bruto municipal, que é a expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em um determinado território econômico, em um dado período de tempo, descontando os insumos utilizados nos processos produtivos (SEBRAE, 2014).

A cadeia produtiva do arroz se configura como uma das mais importantes para o agronegócio brasileiro, especialmente por se tratar de um produto de elevado consumo interno e que representa um volume expressivo da

produção de grãos no país. A influência da cultura do arroz no contexto social onde esta ocorre sustentabilidade de diversas, a atividade com a capacidade de influenciar a economia da região, posto que, valendo-se da necessidade de suporte de carreiras terciárias, gera empregos e encadeamento das atividades com relação ao setor primário (SEBRAE,2014).

Analisando esses parâmetros, percebe-se que o que fomenta a indústria na cidade é menor do que 10% da economia torrense (quando o recomendado seria 35%). A cidade deveria ter indústrias que qualificassem a mão de obra na cidade, mas isso não acontece. O turismo, como base do desenvolvimento socioeconômico de Torres, é destacado por divulgar o município e trazer investimentos na infraestrutura, emprego e investimento em marketing. A educação e a cultura se tornam áreas importantes por ajudar a desenvolver o turismo. A atual conjuntura econômica acaba por levar o município a um modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais na busca de sustentabilidade. Neste cenário, o modelo de agricultura introduzido na região, busca pelo chamado desenvolvimento de práticas sustentáveis de produção de alimentos e manutenção familiar (IBGE, 2014).

O cultivo do arroz em Torres é exemplo no Estado. A boa produtividade das lavouras torrenses é atribuída ao cultivo integrado do arroz e a Prefeitura Municipal de Torres, por meio da Secretaria de Agricultura, promove encontros com o Sindicato dos Agricultores para discutir as políticas públicas já implementadas na região. Porém, a produção agrícola na região de Torres enfrenta transtornos no escoamento de seus produtos, principalmente o arroz, pela exigência da nota fiscal eletrônica avulsa. O município por meio da Secretaria da Agricultura alerta aos agricultores produtores de arroz, quanto a venda de seu produto para fora do Estado. Segundo o setor, os arroteiros que destinarem seu grão para fora do Rio Grande do Sul, não podem mais fazer a venda com o sem emitir esta nota fiscal.

Depois do turismo, é grande o valor da produção de arroz para o município, bem como a área plantada, sendo a principal cultura agrícola da região. O município de Torres iniciou a colheita do arroz irrigado, safra 2014/2015, entre o final de fevereiro e início de março, tendo uma boa safra mesmo com as expectativas de uma colheita ruim causada pelo grande volume de chuva no verão (IBGE,2014).

4.2 A NF-e NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS

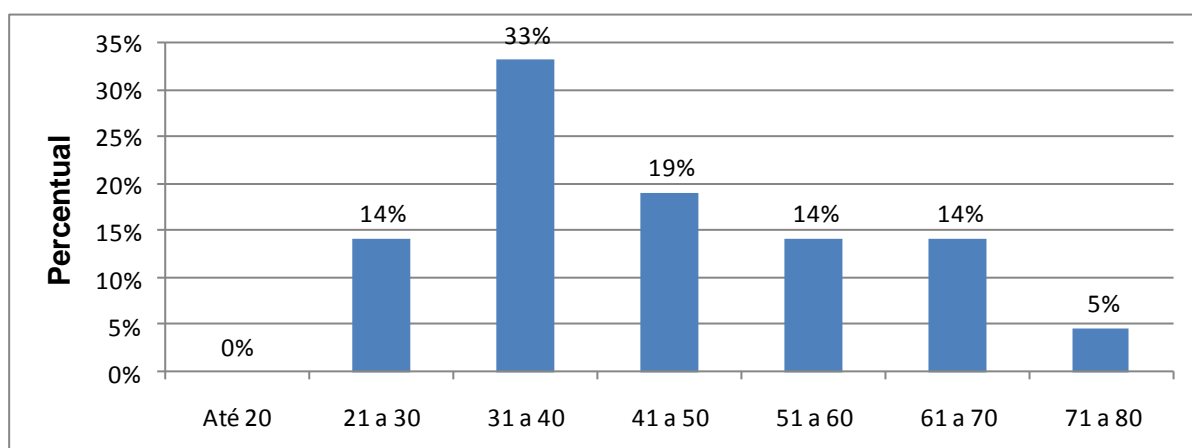
Para a execução desta parte da pesquisa foram aplicados questionários. Sendo que a população desta pesquisa foi constituída por produtores ativos de arroz residentes na zona rural do município de Torres (RS). Os dados obtidos nesta pesquisa foram de suma importância para a composição do trabalho. Portanto, os assuntos que foram abordados na pesquisa possuem cunho econômico e social e foram investigados os aspectos gerais dos entrevistados, aspectos de inovação e tecnológicos da comercialização do produto, dificuldades atuais da cultura do arroz, e por fim foram investigadas as principais sugestões para a melhoria para a comercialização na visão dos entrevistados.

4.2.1 Aspectos Gerais dos Entrevistados

Foram entrevistadas 17 pessoas do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Esta grande diferença se dá principalmente, porque o responsável pela família e pelas terras cultivadas no meio rural ainda é o homem e por isso eles detêm a NF-e no nome deles e as informações sobre ela, o caso das mulheres são as esposas que também trabalham na agricultura e usam a NF-e, bem como as viúvas que tomam conta da propriedade rural.

A faixa etária de maior percentual encontrado na pesquisa foi a de 31 a 40 anos, sendo que obteve 30% dos resultados. E 85% dos entrevistados apresentaram idade superior a 31 anos. A idade mínima encontrada foi de 24 anos e a máxima foi de 71 anos. Conforme a figura 4 abaixo.

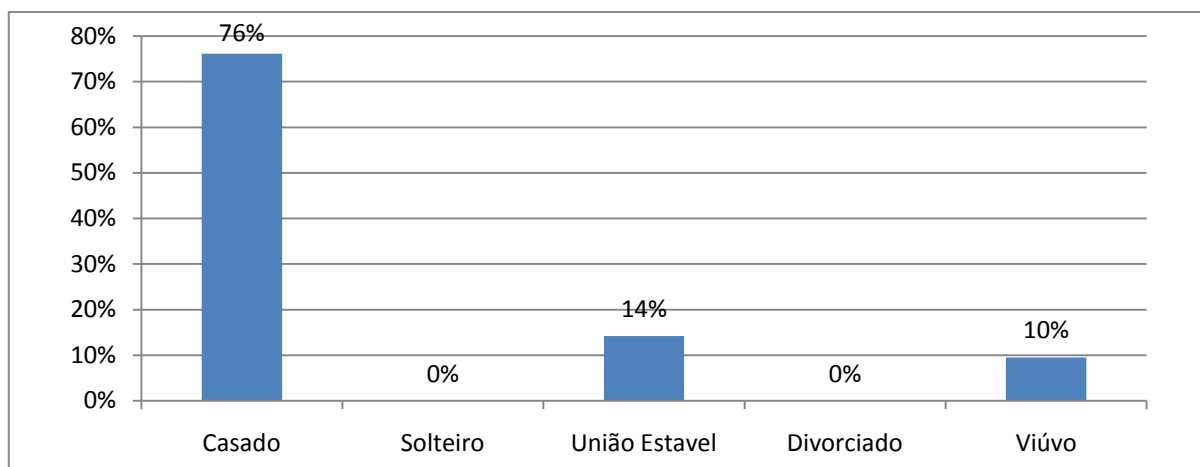
Figura 4 – Percentual referente à idade dos entrevistados.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

De acordo com esta pesquisa 76% dos entrevistados são casados. Esse número corresponde a 16 dos pesquisados. Sendo que União estável representa a segunda posição obtendo 14% dos respondentes, viúvo 10% e não obteve respondente na categoria divorciado. A figura 5 demonstra claramente a situação.

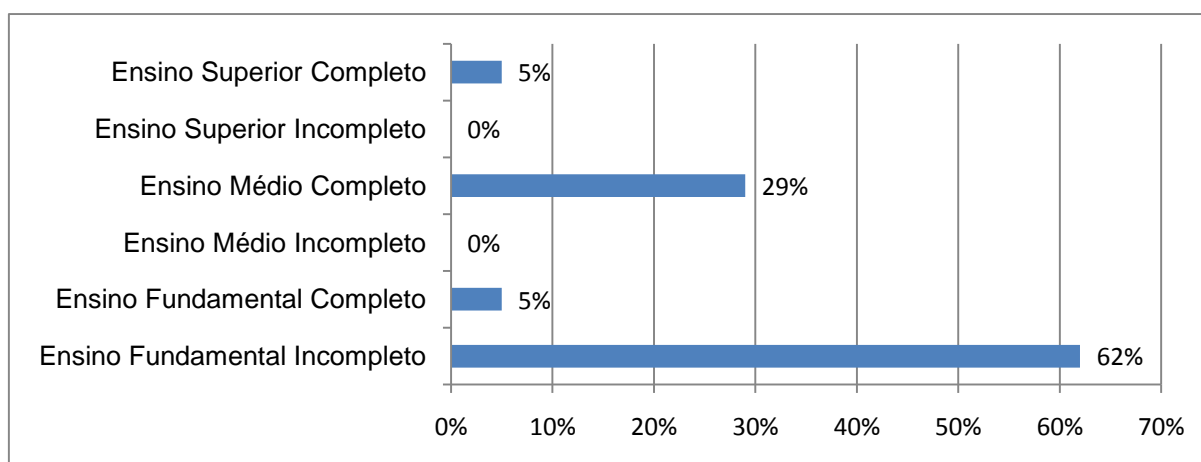
Figura 5 – Percentual referente ao Estado Civil dos pesquisados.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Conforme a figura 6 dentre os pesquisados 62% possuem Ensino Fundamental Incompleto. Em segundo lugar, com 29% aparecem os pesquisados com Ensino Médio Completo. O percentual de 0% de pesquisados analfabetos revela que não foram entrevistados analfabetos. Pode-se perceber que a instrução dos agricultores é baixa em virtude de instrução para tecnologia como computador e internet.

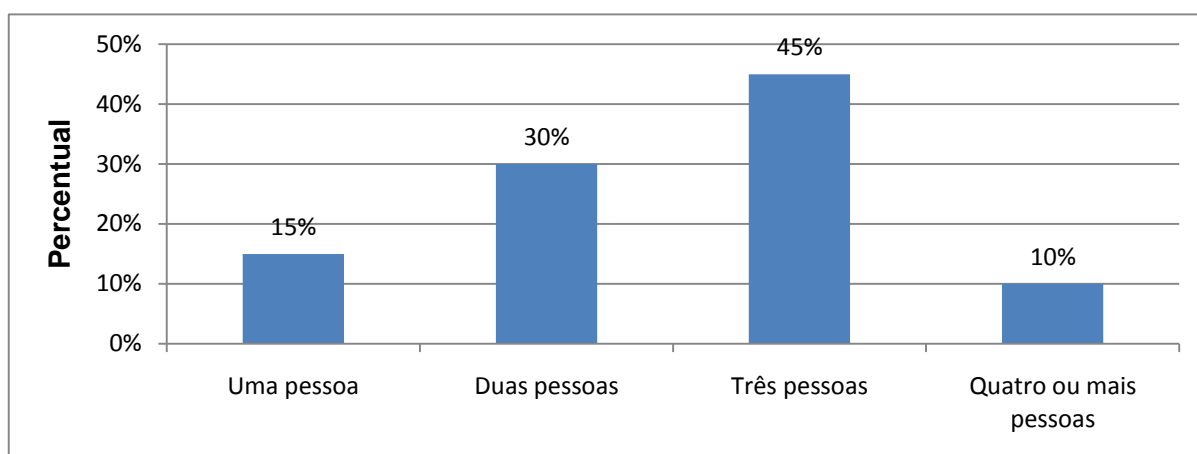
Figura 6 – Percentual referente ao Grau de instrução dos entrevistados.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Em relação aos residentes na mesma casa, os resultados revelaram que 45% das famílias possuem três pessoas. Conforme mostra a figura 6. Analisando os dados pode ser observado que dentre os entrevistados 55% possui filhos e a atividade ocupacional demonstrou que a gestão da propriedade na maioria das vezes é feita pelo marido. Conforme mostra a figura 7.

Figura 7 – Percentual referente à Tamanho da Família.



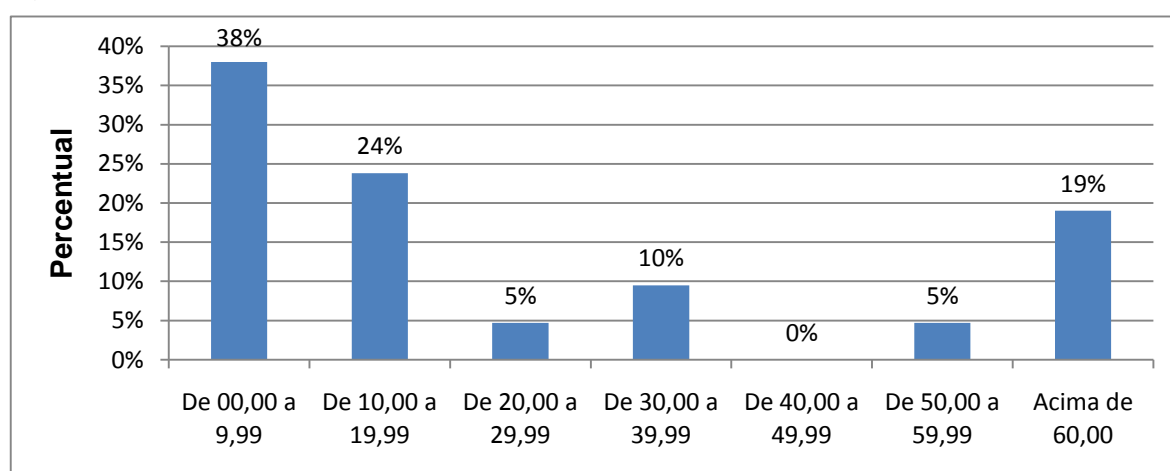
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Os filhos ou estão ajudando na lavoura ou estudando. Quando alguma família tem filhos formados no Ensino Superior estes já não moram mais no interior, tendo migrado para a cidade. No caso de 15% ser de uma pessoa na casa se dá pelo fato de serem viúvas e os filhos ou já terem se formado e migrado para a cidade ou criado a própria família.

4.2.2 O tamanho das propriedades

A figura 8 ilustra o tamanho da propriedade em hectares, sendo que se obteve um índice de 38% dos respondentes que possuem até 9,99 hectares, mostrando que muitos que produzem não possui as terras, segundo relatos, por ser muito caro para adquirir. A maior extensão de terras na área rural do município de Torres (RS) encontrada na pesquisa foi de 100 hectares e a menor de zero hectare, onde estes que não obtêm propriedade eles plantam arroz em terras arrendadas.

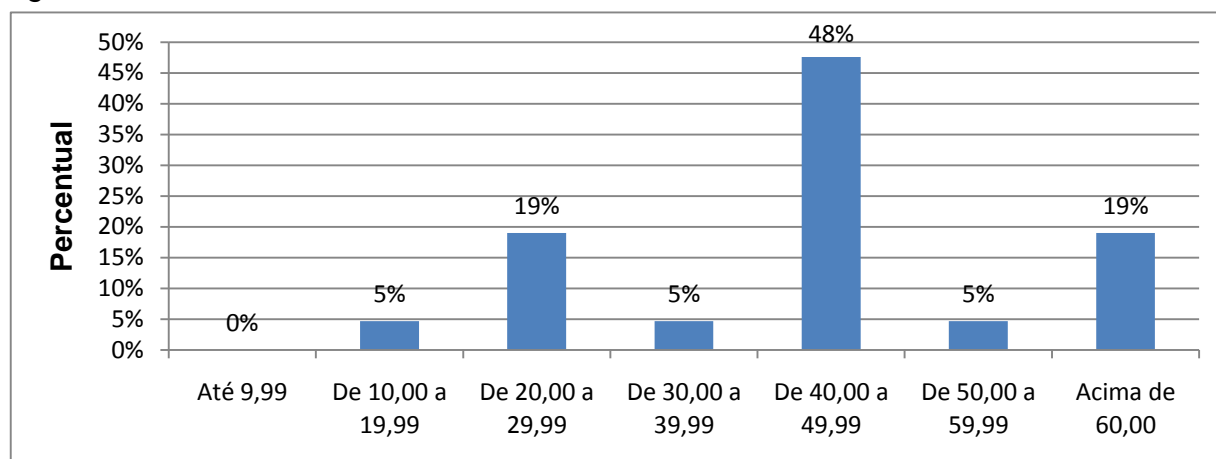
Figura 8 – Percentual referente ao tamanho da propriedade.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Em relação a figura 9 o tamanho da área cultivada obteve-se um índice de 48% dos pesquisados que produzem cerca de 40 a 49,99 hectares. A maior extensão de terras encontrada na pesquisa foi de 100 hectares e a menor de 19 hectares. Um levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revela que nas três últimas décadas a área destinada ao plantio de arroz, no Brasil, teve redução significativa. Porém a produtividade da cultura quase triplicou. No início dos anos 2000, o Mato Grosso, por exemplo, já tinha diminuído a área plantada em mais de 300 mil hectares, mantendo uma produção média de 1,2 mil toneladas por safra.

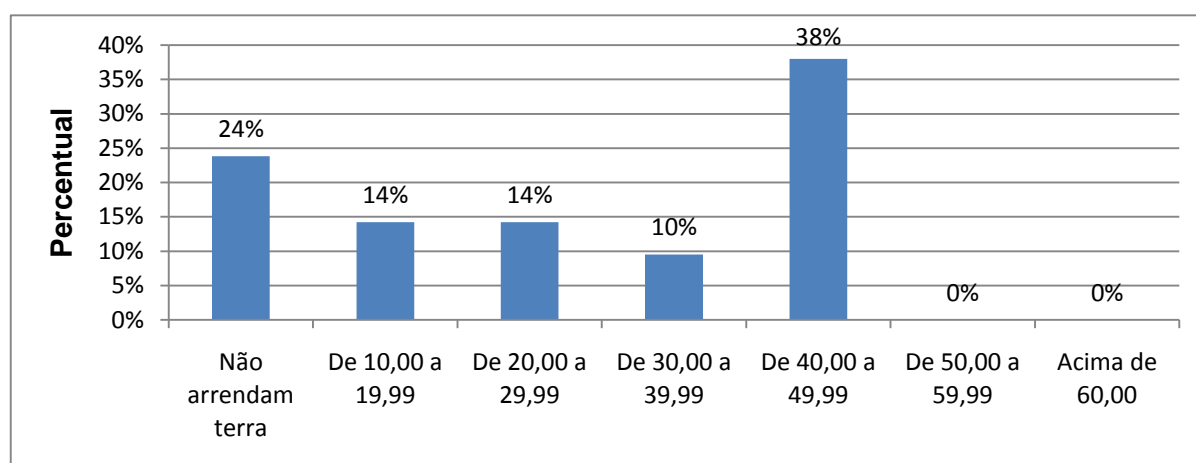
Figura 9 – Percentual da área cultivada.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Em relação à quantidade de terras arrendadas, na figura 10, apenas 24% revelaram não possuir terras arrendadas, ainda assim a maioria se arrisca em arrendar terra, pois segundo os pesquisadores para comprar é muito caro e arrendar torna-se a única alternativa. 38% dos entrevistados afirmam arrendar entre 40,00a 49,00 hectares.

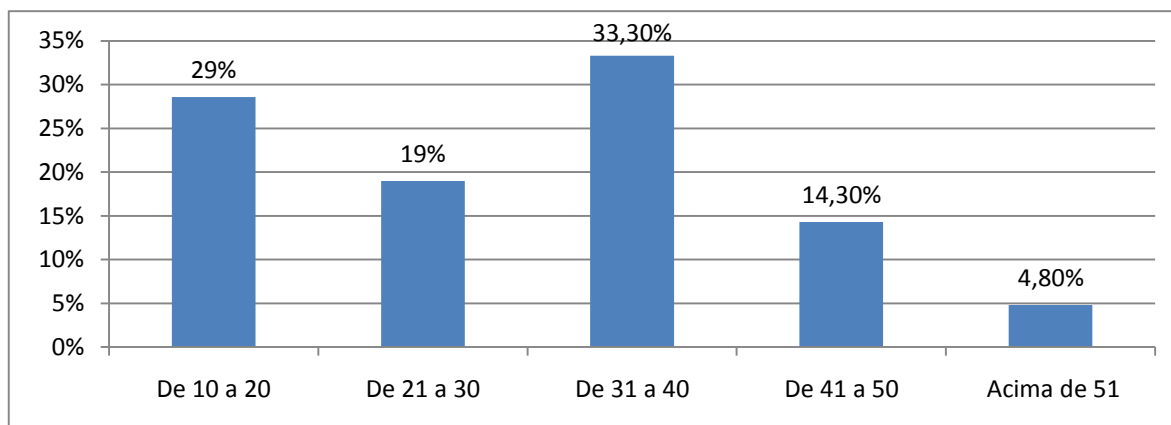
Figura 10 – Percentual de área Arrendada.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

O aumento da competitividade na economia nacional e mundial, decorrente de um mercado globalizado, exige formas alternativas para reduzir os custos dos negócios. A diversificação climática e os variados relevos do Brasil permitem as mais diferentes formas de produção de arroz. Além disso, o estabelecimento de diferenciais de custos e produtividade, para os diversos tipos de cultivo, torna-se importante para alavancar as condições de competitividade.

Figura 11 – Percentual de experiência no cultivo de arroz (em anos).



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Como mostra a figura 14 em relação à experiência obteve-se um índice de 33,3% de rizicultores com experiência de 31 a 40 anos, mostrando que a maioria já está atuando na lavoura a um bom tempo onde dedicaram uma vida a este trabalho e aprendizado. O mínimo de experiência foi de 10 anos, o que aponta que para trabalhar na cultura de arroz precisa de uma experiência.

4.2.3 Aspectos da Nota Fiscal Eletrônica

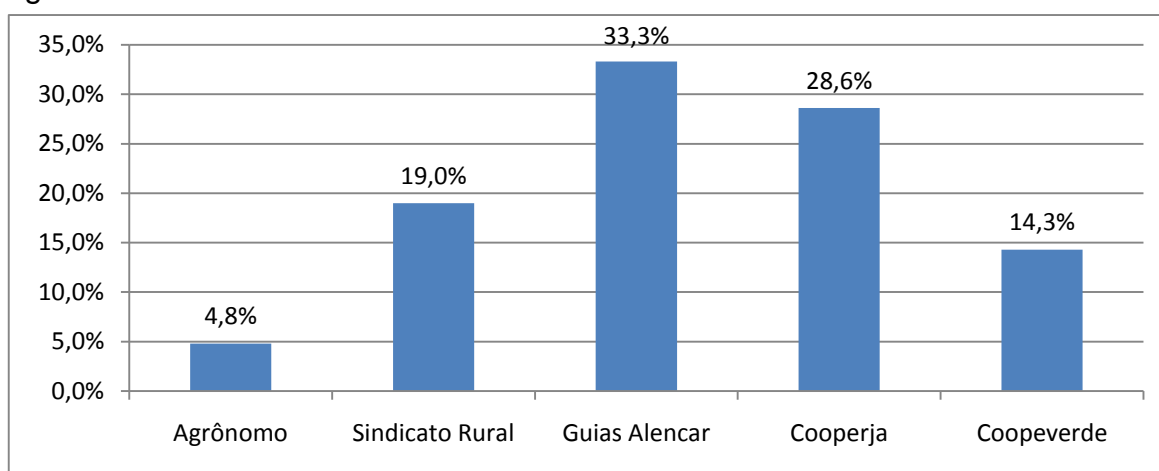
Com base nas informações dos entrevistados todos eles adquiriram a NF-e em uma Autoridade de Registro privada a empresa (AR INVIA) vinculada ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO-SRF). AR INVIA é situada na região sul do Brasil, promovendo soluções voltadas à segurança de documentos eletrônicos, aplicações e transações seguras na Internet para cadastrar e fornecer o e-CPF, um documento eletrônico em forma de certificado digital, que garante a autenticidade e a integridade na comunicação entre as pessoas físicas e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Para adquirir este e-CPF teve um gasto de R\$ 375,00, que é renovado a cada três anos, com base nas informações dos agricultores. Na totalidade a opinião sobre dificuldades para implementação, nenhum dos agricultores encontrou dificuldade, achando fácil. Foi só buscar e pagar, alguns comentaram que foi um pouco demorado.

Na figura 12 pode-se perceber os meios de acesso a informação da mudança de bloco de papel para a NF-e ficou, segundo os agricultores, no “boca a boca” para 23,8%. Outros 33,3% souberam por meio do escritório de uma empresa

de prestação de serviço do setor que paga os tributos da NF-e. Os demais 42,9% foram às cooperativas aos quais os agricultores são associados.

A presidente de uma das cooperativas relatou que “quando eu soube da mudança, fiz uma reunião com os agricultores associados para explicar para eles como iria funcionar a nova mudança e para facilitar peguei os documentos deles e tirei todos os pendrives juntos porque muitos não entenderam o que tinha que ser feito”. Os outros agricultores relataram que foram no local indicado e fizeram a compra do novo certificado sozinho.

Figura 12 – Percentual referente à descoberta da NF-e.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Como relatado nas entrevistas 95,23% possuem computador com internet em casa, porém segundo relatado 44% não sabem utilizar computador e os 33% que sabem não conseguem efetuar a NF-e por achar muito complexo e por ser algo importante, que não pode ter erros, não arriscam deixar seus filhos (que na maioria dos casos são menores de 15 anos) apreenderem. Para efetuar a NF-e os associados da Cooperativa deixam seus pendrives no local para que a presidente efetue a NF-e de todos os seus associados, sem cobranças pelo trabalho.

Porém quando conversado com a presidente foi relatado “Faço isso por saber que muitos dos agricultores não têm condições de realizar a NF-e, mas eu já disse para eles que este será o último ano, porque em época de corte de arroz que ocorre a comercialização, eu fico sobrecarregada de serviço e quase não tenho tempo para fazer o meu serviço”. Ela também relatou a dificuldade que teve em aprender a tirar NF-e: “Quando iniciei fui obrigada a ir atrás de ajuda, procurei ajuda de outras pessoas para aprender a usar, levei dias até aprender realmente, imagino

como os agricultores iriam fazer para aprender, a maioria não sabe mexer em computador imagina em um programa”.

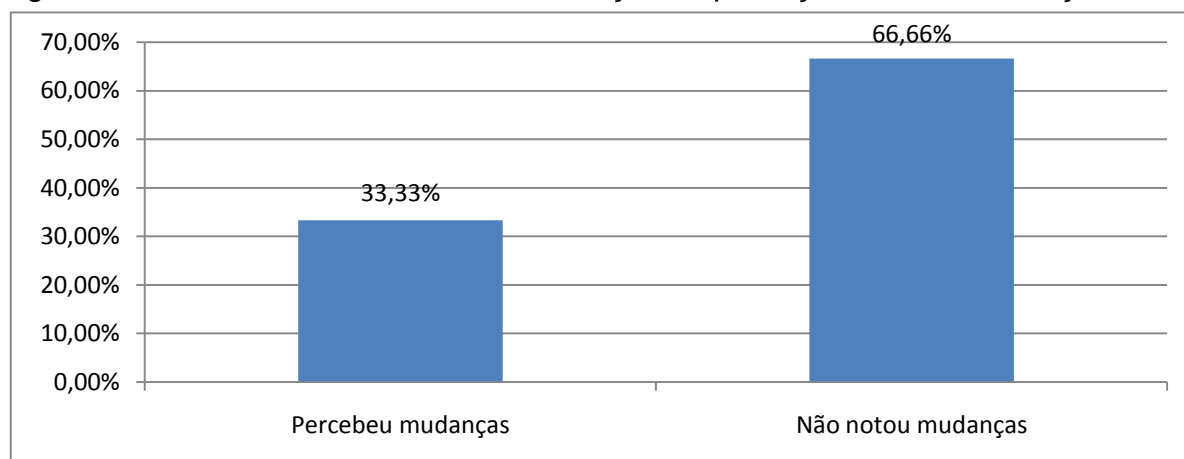
Os agricultores que não são associados da cooperativa têm suas notas feitas pela empresa de prestação de serviço do setor que relatou o seguinte: “Faço porque sei que muitos não conseguem fazer, por ser complexo, mas minhas funcionárias ficam sobrecarregadas, pois a NF-e é uma operação demorada comparado com o bloco de papel e o site da SEFAZ geralmente não suporta a demanda ocasionando atrasos e filas de notas”. Nem a cooperativa e nem a empresa cobram para tirar a NF-e por entender da dificuldade dos rizicultores com o manuseio da NF-e e por se tratar de um favor que estão fazendo por apenas um período de tempo.

Com base na figura 13 os rizicultores relatam que 33,33% efetuam a NF-e em casa mandando apenas para a empresa de prestação de serviço de o setor pagar a guia que isto é obrigado ser no escritório, estes já estão trabalhando de acordo com a lei e relatam que passara muitas dificuldades para iniciar o trabalho com NF-e. Eles reclamam dos custos com computador, internet, impressora e uma pessoa disponível para efetuar a NF-e no momento que a carga de arroz fica pronta, fazendo com que alguém da família fique apenas trabalhando com a NF-e, não sendo este o agricultor por estar na roça e não poder sair para ir em casa tirar a NF-e e cada vez que der uma carga, isso atrapalharia muito o rendimento do serviço.

Para os entrevistados 66,66% não notaram mudanças significativas na produção/ comercialização do arroz. Eles afirmam que esta fácil, pois quem tira a NF-e ou é a cooperativa ou a empresa de prestação de serviço, os agricultores só tem que informar a quantidade de arroz. Porém nas entrevistas tanto a cooperativa quanto a empresa enfatizaram que não vão tirar NF-e por muito tempo.

Como pode ser analisada a maioria dos agricultores não estão preocupados com a mudança da lei por ter quem faça para eles, e quando questionado sobre como vão fazer quando a cooperativa e a empresa não efetuarem mais a NF-e estes não souberam responder como irão efetuar.

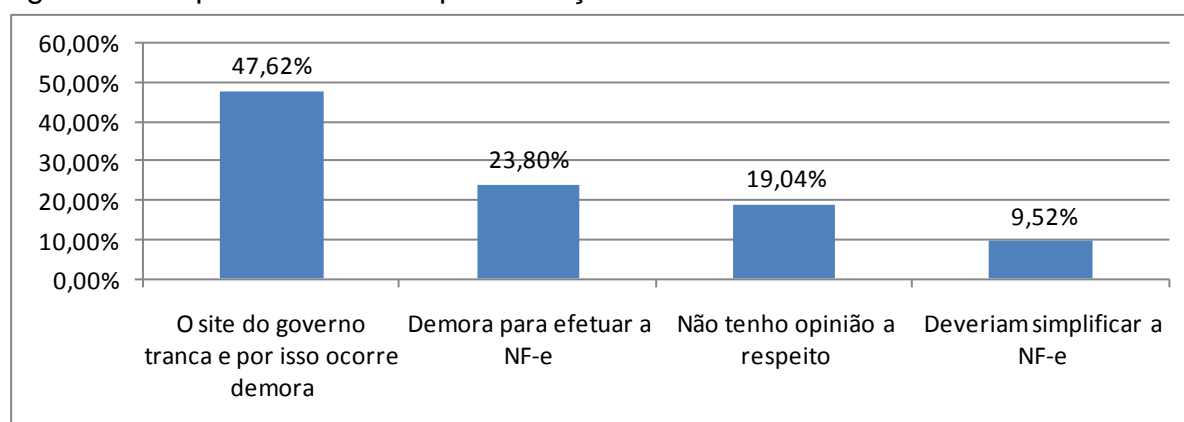
Figura 13 – Percentual referente às mudanças na produção e comercialização.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Com base na opinião dos entrevistados como mostra a figura 14 pode se constatar que 47,62% reclamaram que a NF-e demora em ser efetuada, pois o Site do governo (SEFAZ) “tranca” varias vezes durante o dia fazendo com que muitos tenham que parar o serviço e esperar.

Figura 14 – Opinião sobre a implementação da NF-e.



Fonte: Dados obtidos pela pesquisa (2015).

Por vezes, o caminhão esta carregado, mas a NF-e não esta pronta, isso faz com que se tenha que esperar por horas, obrigando paralisar a colheita, pois com o caminhão cheio não tem como a ceifadeira continuar por não ter onde colocar o arroz e os estacionários (local onde é armazenado o arroz, enquanto o caminhão não chega) enche rápido. A demora em efetuar a nota foi destacada por 23,80%, enquanto, 19,04% não têm opinião a respeito do tema, já que não são eles que efetuem a NF-e. E 9,52% sugerem que o governo simplifique a operação da NF-e.

5 CONCLUSÃO

A elaboração deste estudo foi fundamentada com autores bibliográficos e dados atuais que serviram de referência para a análise dos rizicultores de Torres RS, com o objetivo de analisar os efeitos da migração da Nota Fiscal convencional para Nota Fiscal Eletrônica na vida dos rizicultores do município de Torres (RS).

A mudança tecnológica tem atingido cada vez mais a agricultura, o meio rural se aproxima intensamente do industrial. O agricultor segue um patamar de produção posto pelo mercado e se adaptando as suas exigências. O Rio Grande do Sul lidera a produção de arroz do Brasil onde produz cerca de 67% da produção total do País.

O produtor não procurou somente se especializar para melhorar sua frota de máquinas agrícola, mas também, procurou cultivares de arroz que produzissem mais, pois, todo o processo da cultura do arroz é altamente tecnológico obtendo melhores resultados desde a semeadura até a colheita.

Com o avanço da tecnologia na produção agrícola, o governo também acompanha esses avanços na fiscalização. Com isso implementa novas formas de fiscalizar a agricultora. Neste sentido, a NF-e foi introduzida pelo governo do Rio Grande do Sul e os produtores se viram obrigados a adotarem uma nova tecnologia para não serem informais. Com base nas entrevistas feitas com 21 rizicultores, se pode perceber que 66% dos rizicultores não estão aptos a utilizar a NF-e tendo que terceirizar a efetuação, que no caso é feita por empresas do setor gratuitamente.

O grau de instrução dos respondentes revelou que a maioria dos agricultores tem a formação escolar mínima (primária), com isso tem dificuldades de mexer em um computador, por achar complexo. Pode se perceber que a maioria possui filhos, porém estes ou são jovens de mais para efetuar uma NF-e, ou não estão em casa durante o dia (ou estão trabalhando ou estudando). Os adultos quando formados migram para a cidade, não estão em casa para efetuar as NF-e.

A pesquisa mostra que 95,23% dos pesquisados possuem computador com internet em casa, mas não sabem utilizá-lo por achar muito difícil e/ou por não ter tempo, porque para tirar a NF-e o agricultor teria de sair da roça para ir para casa o que levaria muito tempo de serviço, ocasionando atrasos. Por isso precisaria de uma pessoa em tempo integral para estar à disposição quando precisasse efetuar a NF-e.

Como pode ser observado na pesquisa existem duas empresas que efetuam a NF-e gratuitamente para estes, 66% que não sabem efetuar, porém estas empresas já deixaram claro que será por tempo limitado. Com base no que foi visto a sugestão de melhoria para estes agricultores que não conseguem tirar a NF-e seria de a cooperativa e a empresa de prestação de serviço continuar a emitir a NF-e, porém cobrando um custo destes agricultores.

E caso estas empresas do setor não queiram se envolver, a outra sugestão seria uma empresa de prestação de serviço, uma micro empresa que atua na área da agricultura para efetuar a NF-e em tempo real, com um banco de dados atualizado de seus clientes, que cobrará pelo serviço. Por se tratar de uma prestadora de serviços atua no setor terciário, tendo como objetivo agilidade e um bom atendimento onde tem horários flexíveis em época de aumento de serviço. O serviço pode ser prestado pessoalmente como também via telefone e internet para melhor atender seus clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ANDRADE, MIGUEL Lovois de. **Dinâmica e Diferenciação dos sistemas agrários**. Editora UFRGS, 2009.
- ANDRADE, M. Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo. ATLAS S.A, 2005.
- BARBOSA, Davi. **Agricultura Familiar e o serviço social**. Editora Zoe, 2014.
- BATALHA, M. Otavio; BUAINAIN. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. Disponível: www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241Agricultura%20Familiar.pdf < 2004 acesso 12 de setembro de 2014
- BLUM, Rubens. **Agricultura Familiar**; Estudo preliminar da definição, classificação e problemática; In TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas**; Passo Fundo; Editora da UPF, 1999.
- BONFIM, Douglas Paveck. **Nota Fiscal Eletrônica**: Uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual. Disponível em: ><http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/>< Acesso 25 de outubro de 2014.
- BRANDENBURG, Alfio; DAMASCENO Ferreira, Ângela D. et al. **Ruralidades e questões ambientais, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007.
- CIRIBELLI, Marilda Corrêa. – **Como elaborar uma Dissertação de Mestrado através da Pesquisa Científica**. – Rio de Janeiro – 7 letras, 2003.
- CONAB. **Arquivos CONAB**. Disponível: www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/prospeccao_12_13.pdf< Acesso 21 de abril de 2015.
- DOE, **Diário Oficial**. Disponível em: > <http://www.corag.rs.gov.br/doedia>< Acesso dia 20 de março de 2015
- FEDERARROZ. **Orientações da Federarroz sobre a nota fiscal eletrônica (NF-e)**. Disponível em: ><http://www.federarroz.com.br/pdf/5.%20Nota%20Fiscal%20Eletr%C3%B4nica.pdf>< Acesso 27 de outubro de 2014
- FONSECA, João José Saraiva Da. **Metodologia da pesquisa científica**. Disponível em: ><http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>< Acesso 13 de novembro de 2014.
- GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; SABBATO, Alberto Di; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura familiar e a reforma Agrária do Século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

GUERRA, Isabel C. **Pesquisa Qualitativa e Análise de uso**. Editora Principia. Portugal, 2006.

HONORATO, G. **Conhecendo o Marketing**. Editora Manole Ltda. São Paulo, 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário** Disponível em: >www.ibge.gov.br/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006< Acesso em 24 de outubro de 2014.

Relatório Municipal. (2014). Disponível em:>www.municipios/relatorio-municipal-torres.pdf <Acesso dia 08 de maio de 2015.

Economia. Disponível: www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_f&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1490<Acesso dia 26 de abril de 2014.

INVIA, **INVIA**. Disponível em:> <http://loja.invia.com.br/t/e-cpf/><Acesso dia 27 de abril.

IRGA. **Nota Fiscal Eletrônica para produtores de arroz: tire suas dúvidas** Disponível em: ><http://www.irga.rs.gov.br/conteudo/4751/nota-fiscal-eletronica-para-produtores-de-arroz:-tire-suas-duvidas>< Acesso 24 de setembro de 2014.

MANUAL DE INTEGRAÇÃO. **Descrição dos serviços da NF-e**. Disponível em: ><https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/DuvidaDetalhes.aspx?id=2428>< Acesso 24 de outubro de 2014.

MANUAL DE INTEGRAÇÃO AO CONTRIBUINTE. **Contribuinte**. Disponível em:> file:///C:/Users/User/Downloads/Integracao_Contribuinte.pdf< Acesso 24 de outubro de 2014.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: Processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo. ATALS S.A, 2002.

M. de Andrade; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. Disponível em: >[/docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copyhistoria/china-e-india](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copyhistoria/china-e-india)< Acesso dia 12 de março de 2015.

MULLER, Aderbal N.; PILAR, Rafaela Do; KIDO, Viviane Mayumi. **Manual da Nota Fiscal Eletrônica**. Curitiba, Juruá, 2008.

NETO, Feliciano Almeida. **Produtor Rural e NF-e**. Disponível em:>http://www.affectum.com.br/affectum_site/index.php?option=com_content&view=article&id=721:produtor-rural-e-nf-eletronica&catid=8:noticias&Itemid=30< Acesso 25 de outubro de 2014.

NF-e. **Manual de emissão de NF-e em Contingência**. Disponível em:> <file:///C:/Users/User/Downloads/ManualContingencia.pdf>< Acesso 25 de outubro de 2014.

PEREIRA, Sidnei Aparecido; LOCKS, Rosilene; MATOS, Duilo Souza; COSTA, Gleimíria Batista da. **Governança Eletrônica na Administração Pública: Estudo de caso sobre a NF-e**. 2008. Disponível em:> [http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/421 .pdf](http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/421.pdf)< Acesso 24 de outubro de 2014.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O desafio da agricultura familiar**. Revista Agroanalysis, v. 7, 2004.

REIFSCHEIDER, Francisco J.B; NASS, Luciano L; HENZ Gilmar P. **Uma pitada de biodiversidade nas mesas dos Brasileiros**. Brasília DF, 2013.

SANTOS, Danillo da Silva; SANTIAGO. **Considerações sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)** 2009. Disponível em: [/www.unifaj.edu.br/NetManager/documentos/TCC_do_segundo_numero.pdf](http://www.unifaj.edu.br/NetManager/documentos/TCC_do_segundo_numero.pdf)< Acesso 25 de outubro de 2014.

SEBRAE. **Agronegócio**. Disponível em:[/www.sebrae2014.com.br/Sebrae/Sebrae.2014/Boletins/2014.Agronegocio_Arroz_pdf.pdf](http://www.sebrae2014.com.br/Sebrae/Sebrae.2014/Boletins/2014.Agronegocio_Arroz_pdf.pdf)< Acesso dia 20 de março de 2015.

Boletim Rizicultura. Disponível em:[/www.sebrae2014.com.br/Sebrae/Sebrae.2014/Boletins/Agronegocio_Arroz_pdf.pdf](http://www.sebrae2014.com.br/Sebrae/Sebrae.2014/Boletins/Agronegocio_Arroz_pdf.pdf)< Acesso dia 7 de maio de 2015.

Projetos SEBRAE. (2013). Disponível em:> www.atendimento.sebrae-sc.com.br/projetos/portal_sebrae-rs/uploads- <Acesso dia 08 de maio de 2015.

SEFAZ **Sefaz busca** Disponível em:>www.sefaz.rs.gov.br/Site/Busca.aspx<Acesso 26 de outubro de 2014.

SINDARROZ. **História do Arroz**. 2007. Disponível em: <http://www.sindarroz-sc.com.br>. Acessado em 23/04/15.

SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

A nova dinâmica da agricultura brasileira. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

TRUJILLO, Víctor. **Pesquisa de mercado qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Scortecci, 2001.

APÊNDICE

Questionário Aplicado Aos Produtores De Arroz Residentes Na Zona Rural Do
Município De Torres (RS) em 2015

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Bairro: _____ Data: __/__/2015.
2. Sexo: () Feminino () Masculino.
3. Idade: _____ anos.
4. Estado civil: () Casado () Solteiro () União estável () Divorciado () viúvo.
5. Escolaridade:
()EFI ()EMI ()ESI
()EFC ()EMC ()ESC
6. Tamanho da família: _____ pessoas.
7. Tamanho da propriedade: ___ hectares. Quantos hectares são utilizados na lavoura do arroz: _____ hectares.
Arrenda terra () não () sim: ___ hectares.
8. A quanto tempo esta trabalhando com arroz: _____ anos
9. Como você soube e adquiriu da NF-e? Quais dificuldades enfrentadas na implantação? Qual os custos?

10. Tem computador e internet em casa? () sim () não: caso for “não”. Como faz para emitir a NF-e?

11. Que mudanças a NF-e provocou na produção/comercialização de arroz?

12. O que você achou da implementação da NF-e e para o setor do arroz?
